



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 037

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PRB/PV *Pastor Edson Praczyk*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 037

34ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 07

Projeto de Lei Complementar 10

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos 14

Dep. Fernando Scanavaca 15

Dep. Antonio Belinati 15

Dep. Ademir Bier 18

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 18

Dep. Teruo Kato 22

Dep. Mauro Moraes 22

Dep. Elio Rusch 23

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 16

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 26

Liderança do PT

Péricles de Mello 28

Liderança da Oposição

Dep. Douglas Fabrício 30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 32

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação) 33

Redação Final 34

2ª Discussão 35

1ª Discussão 36

Requerimentos 36

Encerramento da Sessão 36

Transcrições 36

Publicações Administrativas:

Pregões Eletrônicos 38

DIÁRIO Nº 037

34ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 ABRIL DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Professor Lemos, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Jonas Guimarães, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo e Plauto Miró (11).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Fernandes Litro e Reni Pereira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob nº 581/09-OPD/GP do Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças do Processo nº 327499/00-TC, referente à impugnação de despesas do Serviço Social Autônomo Ecoparaná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº 652/09-OPD/GP do Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças do Processo nº 31602/07-TC, referente à Tomada de Contas Extraordinária da Universidade Estadual de Londrina. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 0023/09

Curitiba, em 22/04/09.

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, requer à Mesa Executiva a reserva do plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 22/05/09, das 8h30 às 17h, oportunidade em que será realizado o II Congresso do PCCS dos servidores das Instituições de Ensino Superior do Paraná.

Certo de vossa atenção, renovo protestos de consideração e apreço.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 396/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 397/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Rio Negro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 398/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Roncador.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 399/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Quatro Barras.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 400/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Peabirú.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Peabirú.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 401/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Mandirituba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 402/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Palmeira.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 403/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Pitanga.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 404/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Santo Antônio da Platina.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 405/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de São José dos Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 406/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Campo do Tenente.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Campo do Tenente.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 407/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Tijucas do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Tijucas do Sul.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 408/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Piên.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Piên.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 409/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Siqueira Campos.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 410/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 411/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Ribeirão Claro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 412/09

SÚMULA:

Sugere à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e ao DER a ligação asfáltica entre o Distrito de Yolanda, no Município de Ubatã e o Município de Quarto Centenário.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, bem como ao Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, sugerindo aos mesmos a inclusão em programação de pavimentação asfáltica da ligação entre o Distrito de Yolanda, no Município de Ubatã e o Município de Quarto Centenário.

Os Municípios de Ubatã e Quarto Centenário estão localizados em região das mais produtivas do Estado do Paraná e, apesar da proximidade dos dois, não há ligação pavimentada entre as duas Cidades, causando sérios transtornos àquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 413/09

SÚMULA:

Solicita ao Secretário de Estado da Segurança Pública a construção de nova Delegacia de Polícia no Município de Marialva.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo a construção de nova Delegacia da Polícia Civil no Município de Marialva.

A delegacia atual está desativada desde agosto de 2007, por conta de problemas na estrutura física do prédio.

Provisoriamente a delegacia está em outro imóvel e os presos foram transferidos. As novas prisões efetuadas na Comarca passaram a ser encaminhadas para Comarcas da vizinhança, a maioria para Maringá.

Em razão da superlotação, os juízes das Comarcas vizinhas, desde março de 2009, passaram a vetar o recebimento de presos da Comarca de Marialva. Os presos estão sendo colocados em compartimento improvisado.

A situação é insustentável e acarreta sérios riscos à segurança da população. A Comarca de Marialva, que abrange Itambé, tem 40 mil habitantes e reivindica urgência para a solução do mencionado problema.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 414/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem na pessoa do Diretor Geral Sr. Rogério W. Tizzot, a passagem da Patrulha Rodoviária no Município de Morretes/PR.

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após receber a provação do Plenário, requer, seja proposto ao Exmo. Sr. Governador do Estado Sr. Roberto Requião bem como ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem na pessoa do Diretor Geral Sr. Rogério W. Tizzot, atendimento ao Município de Morretes através dos serviços prestados pela Patrulha Rodoviária.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se pelo estado precário, da extensa área rural do Município e tendo em vista as chuvas ocorridas que ocasionaram o agravamento do tráfego no Município em tela.

Por essa razão, consideramos nosso pleito legítimo e justo, visando o atendimento à comunidade rural do Município.

INDICAÇÃO Nº 415/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário do Trabalho a implantação de cursos de pedreiros no Estado do Paraná.

Senhor Governador, Senhor Secretário do Trabalho:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário do Trabalho a implantação de Cursos de Pedreiros no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Estado do Paraná tem crescido significativamente a construção civil. Há, em razão disso, alguns locais em que tem faltado mão de obra nessa área. Lideranças regionais têm nos procurado, de modo reiterado, para solicitar a implantação de cursos de pedreiro em diversas regiões, de forma a suprir essa carência.

Atualmente, o Governo do Estado do Paraná está à frente de um amplo projeto de construção de casas populares, que reforça ainda mais a necessidade de valorizar a mão de obra qualificada para a construção civil no Estado. Assim, se implantados, esses cursos de pedreiros cumprirão esse papel.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos Municípios do Paraná, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 1680**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Frente Parlamentar de Combate a Crimes na Internet, composta por Deputados do partidos com assento nesta Assembleia Legislativa que queiram integrá-la, e que irá investigar crimes praticados na rede mundial de computadores, com prazo de duração até o final da 16ª Legislatura.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1645

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Célia Czerniej, ocorrido no dia 22/04/09, na cidade da Cafelândia, Estado do Paraná.

A comunidade de Cafelândia chora a morte da ainda jovem Sra. Célia Czerniej, que deixa saudade eterna para os familiares, parentes, amigos e pessoas residentes na região.

Filha do Sr. Romano Czerniej, Prefeito do Município de Cafelândia de 1997 a 2004, ex-Presidente da COPACOL e COTRIGUAÇU, aos e familiares externamos os mais profundos votos de pesar, em meu nome e em nome dos Deputados e Assembleia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Thedeo Calgaro, ocorrido no dia 18/04/09, na Cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo.

Ângelo Thedeo Calgaro, foi pioneiro no Município de Toledo, morador com sua família por mais de 35 anos, inicialmente no interior e posteriormente na cidade, e teve grande participação no desbravamento e desenvolvimento da terra toledana. Teve participação ativa por muitos anos, prestando serviços na Administração Pública Municipal.

Brava gente, firme, decidido, pessoa destacada, respeitada e admirada por todos, pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo e melhorias em favor de Toledo e sua gente.

Requer ainda, seja oficiado à família enlutada, o teor desta mensagem em requerimento, nas pessoas de Celso e Jozelise Rosane Somensi Calgaro.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1674

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Mariano Siejka, ocorrido no dia 15/04/09, no Município de Quedas do Iguaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua filha, a Sra. Clara Siejka, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

Descendente de polônês e natural de São Luiz Gonzaga, Mariano Siejka, chegou no interior do Paraná com apenas 17 anos. Veio acompanhado de seus pais, que sabendo da colonização Jagoda, se deslocaram do Rio Grande do Sul em direção a estas terras produtivas do centro oeste, viajando de carrocinhas, enfrentando tempos de fortes chuvas e enchentes.

Em Jagoda, casou-se com Carolina Dziedzik (já falecida) e constituiu família. Juntos construíram uma história e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Como pai, criou com muito esmero e disciplina seus seis filhos: Hipólito, Danuta, Aniela, Pelagia, Nicodemos e Clara. Como avô, participou de forma presente da criação de seus dezoito netos e cinco bisnetos.

Mariana Siejka sempre lutou em prol do desenvolvimento de Quedas do Iguaçu e dos descendentes de poloneses, que formavam a grande colônia do Município. Foi um dos fundadores do Grupo Polonês Jagoda de Quedas do Iguaçu. Assumiu o posto de subdelegado, foi Presidente e fundador do Sindicato dos Empregadores Rurais de Quedas do Iguaçu, exerceu o mandato de Vereador na gestão 1973/1076 e chegou a disputar a candidatura de Vice-Prefeito com o candidato a Prefeito na época, Osni Soares da Silva.

Todos com certeza, sentirão a sua ausência. Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares, rogando a Deus que conforte e ampare a todos.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pelo 33º aniversário do Município de Nova Santa Rosa que se realizará no dia 29 de abril do corrente.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao Prefeito Municipal, Sr. Norberto Pinz.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A colonização de Nova Santa Rosa iniciou em 13/01/53, sendo os primeiros colonos originários do Município de Santa Rosa, Rio Grande do Sul. A maioria dos colonizadores era de origem germânica, descendentes de imigrantes têutos.

No dia 02/09/68, foi realizado plebiscito no Distrito de Nova Santa Rosa. O sim recebeu 96% dos votos dos eleitores que compareceram às urnas. Posteriormente, no dia 20/06/73, foi criado o Município pela Lei Estadual nº 09/73. A autorização do Presidente da República, Ernesto Geisel, ocorreu em 29/04/76. No dia 15 de novembro, daquele mesmo ano, era realizada a primeira eleição.

REQUERIMENTO Nº 1649

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Rotary Club de Araucária na pessoa da Presidente Vanilda Costa, pelos 25 anos de fundação comemorado no dia 23 de abril.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1650

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações, pelos relevantes serviços prestados, à Primeira Igreja Batista de Araucária - PIBAR, na pessoa do Pastor Pedro Paulo de Andrade Filho, pelos seus 14 anos de fundação comemorado no dia 25 de março.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1676

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à dupla sertaneja Jackson e Júnior em razão da indicação da PARANATUR para representar o Estado do Paraná no 4º Salão do Turismo Roteiros do Brasil, de 01 a 05 de julho de 2009, no Anhembi em São Paulo.

A dupla foi convidada para participar do Congresso e Feira das Américas - ABAV, pela PARANATUR para representar o Paraná.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1688

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao jornal O Diário do Norte do Paraná, de Maringá, pelas comemorações dos seus 35 anos de fundação.

O jornal O Diário do Norte do Paraná foi fundado em 29/06/74 e iniciou (dia 16 de abril) as comemorações dessa importante data com uma exposição onde o público poderá conhecer o maquinário usado para impressão, câmaras fotográficas, edições históricas, reproduções de capas e manchetes, fotos históricas dos proprietários, diretores, funcionários e também da estrutura física do jornal.

Este Parlamentar e a Assembleia Legislativa do Paraná se juntam ao povo do Paraná para cumprimentar toda a equipe do jornal O Diário do Norte do Paraná pela sua linha de independência e seriedade na informação e pelos brilhantes 35 anos de história.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1655

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Mariana Weber Rodrigues.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Mariana Weber Rodrigues, presidente do Conselho da Mulher Empresária de Guarapuava, que realiza um excelente trabalho na representação das mulheres empreendedoras, valorizando seu trabalho, atraindo novas filiadas, promovendo eventos e projetos de cunho social, facilitando o relacionamento entre as empresárias, fomentando a troca de experiências, indicando parcerias, tornando-se um contato de grande importância para o comércio da região, desenvolvendo desta forma o espírito empresarial e associativo de todos os segmentos do comércio.

REQUERIMENTO Nº 1656

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Centro de Educação Infantil Dr. Adolfo Bezerra de Menezes.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Centro de Educação Infantil Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, que atende crianças no aspecto nutricional, médico e pedagógico, trabalho desenvolvido por profissionais especializados e competentes, que dividem-se nos períodos da manhã com atividades recreativas dirigidas e orientadas e à tarde com aulas de pré-escola, assistindo às crianças no contexto educacional e social, proporcionando condições adequadas para promover o bem estar destas, seu desenvolvimento físico, motor, intelectual, emocional, moral e social, a ampliação de suas expectativas e estimular o interesse da criança pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

REQUERIMENTO Nº 1683

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1º, inciso V do artigo 131 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de manifestação de regozijo à direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - APP - Sindicato, pela passagem do seu 62º aniversário.

A APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná representa a valorosa categoria de professoras e professores, funcionárias e funcionários das escolas públicas do Estado do Paraná e se constitui hoje num dos mais importantes, combativos e representativos sindicatos da classe trabalhadora no país. Forjado na luta de homens e mulheres que no seu dia a dia constroem uma educação emancipadora e com qualidade social, a APP-Sindicato completa, no próximo dia 26 de abril, 62 anos de expressivas conquistas para a melhoria da qualidade da escola pública no Paraná.

A história de um Sindicato de luta é sempre uma história coletiva, de mulheres e homens que fazem cotidianamente o enfrentamento às injustiças, aos abusos do poder e à permanente ação predatória do capital sobre os direitos dos trabalhadores. A organização sindical dos trabalhadores é o anteparo a esses ataques que não cessam e diante dos quais temos que estar cada vez mais unidos, mais fortes e mais conscientes.

Neste sentido, a passagem do sexagésimo segundo aniversário da APP-Sindicato é motivo de grande alegria e motivação para a luta dos trabalhadores.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 1684

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um convite ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública para audiência com os Srs. Deputados na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O convite deverá ser encaminhado diretamente à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o comparecimento do Secretário de Estado da Segurança Pública para audiência com os Srs. Deputados para que se possa tratar da crescente e descontrolado avanço da criminalidade da insegurança no Estado do Paraná.

A grande avalanche de crimes noticiados diariamente pela mídia em geral e a constatação do alastramento das regiões de atuação da criminalidade requerem medidas de natureza urgente, desta forma, faz-se necessário ouvir o Sr. Secretário de Estado, Luiz Fernando Delazzari, que tem sido cobrado com insistência, para nos indicar, de maneira precisa, as ações efetivas do Governo nessa área.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis o texto "Privacidade e os Limites do Estado" de autoria do doutor em Direito pela USP, Luiz Flávio Borges D'Urso, publicado no jornal O Estado do Paraná, no dia 12 de abril do corrente.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente artigo, de autoria do brilhante doutor Luiz Flávio D'Urso, traz uma perspectiva muito interessante e que nos obriga a uma reflexão sobre os limites do Estado na esfera dos direitos e garantias individuais, merecendo integrar os Anais desta Casa de Leis, principalmente pela forma inteligente e objetiva com que traz seu pensamento.

REQUERIMENTO N° 1654

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis o texto "Tudo pelo Racial" de autoria do articulista da Revista Veja, J. R. Guzzo, publicado na página 114 da citada revista, datada de 15 de abril do corrente.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente artigo, de autoria do brilhante articulista J. R. Guzzo, que aborda de forma incisiva a questão do debate sobre cotas raciais, posicionando-se contra o conceito de raça para os seres humanos e transmitindo um ponto de vista bastante polêmico e muito sensato a respeito do tema, merecendo fazer parte dos Anais desta Casa de Leis para constar como fundamento para discussões sobre o tema.

Projeto de Lei Complementar**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 166/09**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O artigo 2° da Lei Complementar n° 59, de 01/10/91, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° As unidades de conservação ambiental a que alude o artigo 1° são as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, hortos florestais, áreas de interesse de mananciais de abastecimento público declaradas por decreto estadual, áreas de reservas indígenas e áreas de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada."

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

O ICMS Ecológico é um instrumento de política pública, criado pioneiramente no Paraná, que trata de repasse de recursos financeiros aos Municípios que abrigam em seus territórios unidades de conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de Municípios vizinhos.

Lei do ICMS Ecológico ou Lei dos Royalties Ecológicos é o nome que se dá à Lei Complementar n° 059, de 01/10/91, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A parte do ICMS Ecológico referente às unidades de conservação e outras áreas protegidas é gerenciado pelo Departamento de Unidades de Conservação, da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Ambiental do Paraná.

Segundo a legislação estadual, o ICMS Ecológico destina:

I - Cinquenta por cento (50%) para Municípios que tenham integrado em seu território mananciais de abastecimento.

II - Cinquenta por cento (50%) para Municípios que tenham integrado em seu território unidades de conservação, áreas de terras indígenas, reservas particulares do patrimônio natural, faxinais, reservas florestais legais.

No caso de Municípios com sobreposição de áreas com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, será considerado o critério de maior compensação financeira.

Estes recursos, que já contemplam várias regiões do Paraná, se constituem, algumas vezes, numa das mais importantes fontes de renda, para não dizer a mais importante, de alguns Municípios do Estado.

Segundo a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA) a Lei do ICMS Ecológico contempla todos os Municípios situados em áreas de mananciais utilizados para atender o abastecimento público de sedes urbanas de Municípios vizinhos e, dadas as peculiaridades dos mananciais do Estado, foram contempladas bacias de captação com área de até 1.500 km .

Em resumo, o programa contempla anualmente 50 mananciais responsáveis pelo abastecimento público de aproximadamente 55% da população urbana do Estado do Paraná, beneficiando atualmente 80 Municípios situados nas áreas de mananciais e repassando recursos financeiros da ordem de R\$ 70 milhões/ano (metade mananciais e metade unidades de conservação).

Ocorre, no entanto, que no dia 05/04/06 o Governador Roberto Requião assinou o Decreto n° 6390, publicado no Diário Oficial n° 7200, da mesma data, declarando as áreas de interesse de mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de Curitiba.

Tais áreas abrangem quatro bacias (Ribeira, Médio Iguaçu, Alto Iguaçu e Litorânea), mais o Aquífero Subterrâneo Karst, envolvendo mais de duas dezenas de rios e vários Municípios da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral, alguns dos quais com abrangência em mais da metade de seu território.

As áreas de interesse de mananciais de abastecimento público são divididas em áreas de proteção e áreas de transição.

As áreas de proteção tem como finalidade controlar o uso e ocupação do solo de forma a garantir condições de qualidade de água compatíveis com o abastecimento público, cujos parâmetros obedecem a disposições legais do Ministério da Saúde e do COMANA, ou ainda normas legais que venham a substituí-las ou complementá-las (parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 6390).

Já as áreas de transição são consideradas aquelas contíguas às bacias dos mananciais, destinadas a amortecer as atividades antrópicas em zonas onde há grande pressão urbana sobre os mesmos.

As diretrizes gerais para a gestão das áreas de interesse dos mananciais de abastecimento público permitem ao Poder Público Estadual empreender ações voltadas à implementação dos instrumentos de gestão estabelecidos pela Lei Estadual nº 12248/98, que institui o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba - SIGPROM/RMC. (artigo 6º do Decreto nº 6390).

Destaca-se, do bloco de instrumentos preconizados pela lei citada a implementação do Sistema Integrado de Monitoramento e Fiscalização do Uso do Solo das Áreas de Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba - SIMF/RMC, podendo ser utilizados, entre outros instrumentos, o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o Plano de Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Ribeira, o Plano de Proteção Ambiental e Reordenamento Territorial em Áreas de Mananciais da RMC - PPART/RMC, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba - PDI/RMC, planos e normas legais federais, estaduais e regionais aplicáveis ao ordenamento territorial e proteção ambiental na Região Metropolitana de Curitiba, além de planos e leis municipais.

Isto é: com a entrada em vigor do Decreto 6390/06, todos os Municípios que passaram a ter áreas de interesse de mananciais de abastecimento público na Região Metropolitana de Curitiba se submetem às mesmas restrições impostas aos Municípios que já são fornecedores de água potável e que, por conta da Lei Complementar nº 059, de 01/10/91, participam da repartição dos 5% destinados ao chamado ICMS Ecológico.

Injusta, portanto, é a exclusão desses Municípios que, segundo o mesmo Decreto 6390/06, sofrem pesadas restrições nos projetos de parcelamento do solo, ficando obrigados à emissão de anuência prévia da coordenação da Região Metropolitana - COMEC; empreendimentos na modalidade condomínio, para fins residenciais, comerciais ou industriais; licenciamento ambiental para empreendimentos industriais; e até mesmo sujeitando-se a análise técnica para extração de água subterrânea.

A própria Exposição de Motivos que embasou a aprovação do Decreto nº 6390/06 é auto-explicativo e auto-justificativo, ao salientar que “este decreto tem exatamente a finalidade de proporcionar os instrumentos legais para evitar a ocupação desordenada das bacias dos mananciais atuais e futuros, poupando investimentos futuros em medidas corretivas, e preservando os mananciais que serão indispensáveis à sobrevivência das futuras gerações da Região Metropolitana de Curitiba.”

Diz o documento:

Os principais mananciais utilizados atualmente para abastecimento público na Região Metropolitana de Curitiba, como os rios Iraí, Passaúna, Pequeno, Itaquí, etc. sofreram ao longo do tempo um processo de ocupação desordenada de suas bacias, o que torna extremamente árdua a tarefa dos administradores públicos no sentido de manter a qualidade de suas águas dentro dos padrões legais recomendados.

Na bacia do Iraí, ainda segundo a mesma exposição, “o Poder Público teve que fazer, e continua fazendo, pesados investimentos em obras e ações como implantação de rede de coleta e tratamento dos esgotos, bombeamento do esgoto tratado para outras bacias, recomposição da mata ciliar, educação ambiental, limpeza do fundo do lago, instalação de cercas no lago, pesquisas sobre proliferação de algas, monitoramento constante da qualidade, etc. para, a duras penas, manter a qualidade das águas em condições de serem utilizadas para abastecimento público.

Os mananciais futuros, por outro lado, têm suas bacias em estágio inicial de urbanização, e ainda possuem uma qualidade de água relativamente boa, cuja manutenção depende de medidas preventivas, mais fáceis de serem implantadas, como o disciplinamento do uso e ocupação do solo, enfatiza o documento.

Há que se preservar, sim. Mas, por outro lado, se o Estado do Paraná adotou, de forma pioneira, lei que completa aqueles Municípios que dão a sua parte para garantir a sobrevivência futura da população, esses também devem ser contemplados com os benefícios de referida legislação.

Justa, portanto, é a alteração do artigo 2º da Lei Complementar nº 059, de 01/10/91, que permitirá à Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA) ampliar o número de Municípios beneficiados, cumprindo com o princípio da isonomia que deve nortear a Administração Pública.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 167/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Semana Estadual de Prevenção da Saúde do Homem, a ser comemorada tendo como referência o dia 20 de novembro.

Parágrafo Único. Os órgãos estaduais vinculados à área da Saúde, em articulação com os órgãos municipais afins, ficam encarregados de promover ações de prevenção às doenças que afetam diretamente a saúde do homem.

Art. 2º Os recursos necessários ao cumprimento desta lei serão consignados no Orçamento do Estado mediante proposta orçamentária.

Art 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

A sociedade paranaense, como de resto ocorre nos demais Estados brasileiros, já está acostumada a comemorar o Dia Internacional da Mulher, que nasceu com o propósito de valorizar o trabalho feminino mas que hoje está muito mais voltado para as questões da saúde, especialmente na área da prevenção, do que a busca de emprego e renda. Esse objetivo já foi alcançado em grande parte do País, particularmente no Paraná, onde a mulher disputa o mercado de trabalho em igualdade de condições com o homem e em muitas situações até com vantagem.

Não se pode negar, contudo, que grande parte dessas conquistas deveu-se à árdua luta de movimentos feministas, finalmente incorporados à cultura mundial, com a consequente quebra de tabus que levavam muitas mulheres à morte prematura pela falta de prevenção às suas doenças próprias. Lamentavelmente, o mesmo não ocorre com os homens, que em sua maioria ainda continuam presos a preconceitos levianos, em parte por causa da cultura machista, em parte como consequência da falta de informações e de oportunidades.

A Semana de Prevenção da Saúde do Homem deve ser instituída com o objetivo de estimular a prevenção e incentivar os homens a consultar um urologista regularmente, ao menos uma vez por ano. Com um simples exame de sangue conhecido como PSA é possível detectar se a pessoa tem qualquer tipo de alteração e deve ser encaminhada para exames específicos e tratamento. A campanha deve ter como alvo atrair o maior número possível de homens com mais de 40 anos para a realização de exames. Porém, como ainda há muito preconceito e restrição quanto ao exame de toque, as autoridades de saúde poderão realizar durante a semana o encaminhamento dos pacientes para um simples exame de sangue importante para diagnosticar a doença.

A Campanha de Prevenção ao Câncer de Próstata e às outras chamadas doenças do homem maduro será realizada de forma mais intensiva, embora o atendimento deva ser desenvolvido o ano inteiro pela rede estadual de saúde. Como essas doenças têm cura quando diagnosticadas inicialmente, é importante realizar os exames necessários e prevenir. Em caso de constatação de alguma anomalia a pessoa será encaminhada para exames mais específicos sob os cuidados de urologistas.

O câncer de próstata (CP) é o tumor mais comum em homens com mais de 50 anos de idade. Com os progressos da Medicina e de outras áreas que interferem com a saúde, espera-se para as próximas décadas uma

população cada vez maior de homens atingindo faixas etárias bem superiores àquela. Conclui-se, portanto, que mais casos de CP serão diagnosticados. Atualmente, existem no País diversas campanhas de detecção precoce dessa neoplasia (câncer).

O prognóstico depende do estágio (extensão) e grau histológico (Gleason), principalmente. Se o CP é localizado e se o paciente realizar uma prostatectomia radical, a sobrevida em 10 anos pode atingir 90%, sendo equivalente à da população normal. O índice de recorrência local após cinco anos é de 10% contra 40% da radioterapia. A radioterapia utilizada no CP localizado ou localmente avançado (fora da próstata mas sem metástases) apresenta biópsias positivas, de 60 a 30% dos casos quando realizadas seis meses e dois anos respectivamente após o tratamento. Nos casos metastáticos, o tratamento é paliativo e o prognóstico bem mais reservado.

A data de 20 de novembro lembra o nascimento do Dr. Donald F. Gleason, que juntamente com colegas do Minneapolis Veterans Administration Medical Center desenvolveu o Escore de Gleason, pontuação dada a um câncer de próstata. O escore é importante porque valores maiores estão associados a piores prognósticos, já que são dados a doenças mais agressivas. Para determinar o escore, uma peça de tecido deve ser obtida por meio de biópsia e isto é realizado através da remoção da glândula, em procedimento chamado de prostatectomia, ou retirando-se uma amostra da glândula introduzida pelo reto.

O Dr. Donald F. Gleason nasceu no dia 20/11/20, em Minnesota, Estados Unidos da América, e morreu recentemente, no final de dezembro do ano passado, aos 88 anos de idade. Os pesquisadores vêm tentando há 40 anos desenvolver um sistema melhor para substituí-lo, mas sem sucesso. Praticamente todos os 186 mil 320 homens norte-americanos que serão diagnosticados com câncer de próstata este ano, de acordo com a American Cancer Society, saberá seu Escore de Gleason e o que significa sobre a probabilidade de estarem entre os 28 mil 660 que irão morrer por causa dessa doença.

PROJETO DE LEI Nº 168/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fábrica de Teatro do Oprimido, com sede e foro no município de Londrina.

Art 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/09.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Fábrica de Teatro do Oprimido fundada em 2004, tem como finalidade garantir o acesso aos bens culturais e o direito a sua utilização a classes e grupos

sociais menos favorecidos, resgatando através da arte a cidadania e assim estimulando o aumento da produção local de atividades artísticas e culturais. Desenvolve inúmeros projetos e atividades, bem como, intercâmbio entre associações e entidades afins.

PROJETO DE LEI Nº 169/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatório o fornecimento de número de protocolo aos autores de reclamações formuladas por telefone ou mensagem eletrônica junto ao PROCON-PR.

Art 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/09.
(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Os consumidores do Paraná que formulam suas reclamações e denúncias junto ao PROCON-PR não recebem protocolo para poder acompanhar a tramitação do processo.

Da mesma forma que já ocorre em diversos serviços públicos e privados é importante que o PROCON também forneça o número do protocolo.

É por não existir tal mecanismo que estamos propondo a medida.

PROJETO DE LEI Nº 170/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a AAEK - Associação Assistencial Evangélica Koynonia, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/09.
(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A presente AAEK - Associação Assistencial Evangélica Koynonia, tem como finalidade precípua assistir famílias desamparadas, velando pelo bem-estar social, educacional, moral e espiritual das mesmas, através de palestras sobre problemas sociais, doação de alimentos, colaborando na orientação higiênica, maternal e demais esquemas que visem um esclarecimento satisfatório às famílias carentes e de prole numerosa, providencia também mediante convênios, clubes de mães, cursos profissionalizantes, escolas de 1º grau, creches, orfanatos etc, colaborar na formação de uma consciência onde possa vigorar a recuperação do ser humano na sociedade.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de leis, ao plano de Lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 171/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade - ACELCAS, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama.

Art 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/09.
(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira de Saudade - ACELGAS, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo de proporcionar a atuação nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, desporto, meio ambiente, da garantia de vida, da moradia, aos associados e seus familiares.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 172/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 129 da Lei nº 6174, de 16/11/70, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 129. (...)

I - ...

V - o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, pelos professores e funcionários de escola, através de contrato realizado pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação.”

Art 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/09.
(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

O Paranaeducação, sob a modalidade de serviço social autônomo, foi instituído pela Lei nº 11970 de 19/12/97, sendo instrumento de contratação de professores e funcionários de escola, quando prevaleceram os contratos precários de trabalho na rede estadual de ensino.

O presente projeto de lei visa garantir a esses trabalhadores e trabalhadoras todos os efeitos legais previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná

(artigo 129) referente aos períodos de contratação pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação, visto que estes servidores realizaram e ainda realizam as atividades profissionais da mesma forma que nos demais regimes de trabalho.

Saliente-se que o Paranaeducação é um órgão da Administração Indireta do Governo do Paraná, presidido pelo dirigente estadual da educação, com sede e estrutura vinculada à Secretaria de Estado da Educação e seus Núcleos Regionais e todos os recursos utilizados para a consecução dos seus fins têm origem nas receitas que compõem as dotações orçamentárias da educação. Desta forma, faz-se urgente corrigir esta injustiça com os servidores que têm contribuído com a construção da educação pública paranaense, mas que são privados de inúmeros direitos da categoria.

PROJETO DE LEI Nº 173/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Maurício Requião de Mello e Silva.

Art 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/09.
(a) FÁBIO CAMARGO

PROJETO DE LEI Nº 174/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador Carlos Augusto Hoffmann.

Art 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/04/09.
(a) FÁBIO CAMARGO

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Antes de passar a palavra ao primeiro orador, gostaria de agradecer, em meu nome, ao Deputado Anibelli, Vice-Presidente desta Casa, que presidiu durante uma semana, da maneira como todos nós tínhamos certeza que faria, com a mesma fidalguia, com a experiência e com a sabedoria que lhe é peculiar. Muito obrigado, Deputado Anibelli.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes, imprensa e aqueles que nos acompanham pela TV SINAL.

Quero, inicialmente, cumprimentar de modo especial os nossos estudantes da Universidade Federal do Paraná, do curso de Ciências Sociais, que estão fazendo um trabalho com a Assembleia Legislativa, e hoje nos honram muito com as suas presenças nesta Sessão.

Quero também falar da APP-Sindicato, Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Paraná, que no dia 26 de abril completará 62 anos de organização, de resistência e de muita luta no Estado do Paraná. A APP comemora no dia 26 várias conquistas, inclusive a ampliação do quadro de associados. Foi fundada em 1947, logo após a 2ª Guerra Mundial, e contava com um pouco mais de 30 professores, professoras, aqui do Colégio Estadual do Paraná, do Instituto de Educação do Paraná, e foi crescendo. Hoje é um dos maiores sindicatos do Brasil, com aproximadamente 60 mil associados, e nesse dia 24, sexta-feira, vai fazer um dia de greve estadual, greve nacional, vai fazer uma caminhada em todas as Cidades-polos do Estado do Paraná, onde temos sedes dos núcleos da APP, que são 29 sedes regionais, e fará também em Curitiba uma marcha saindo da Praça Santos Andrade, às 9h da manhã, no dia 24, chegando ao Palácio das Araucárias para uma reunião, às 11h30, com o Governo do Estado do Paraná, lutando para que seja implementado no Estado do Paraná o piso profissional nacional para os professores. Olhando para o mês de janeiro deste ano, segundo a Lei nº 11738/08, o Paraná tem que corrigir o piso dos professores em 16.19%. Mas, a APP, além de reivindicar a implementação do piso, que não é apenas para os professores da rede estadual, e sim para todos os professores da rede de educação básica do Brasil, sejam professores estaduais, municipais, distritais, reivindica a equiparação do salário dos nossos professores, dos nossos servidores da Educação, com os demais servidores públicos do Estado do Paraná.

Então, o dia 24 é um dia que aproveitamos para comemorar os 62 anos da APP, comemorando com bastante luta, reivindicando, no mínimo, a implementação do piso nacional e também, evidentemente, outras reivindicações que temos, mas não temos tempo aqui nesta tribuna, para desenvolver as outras reivindicações.

Tenho em vista que maio é a data-base estamos também com a presença dos demais servidores, representados pelo Fórum dos Servidores na Assembleia Legislativa no dia de hoje. Juntos, professores e funcionários de escolas e demais servidores públicos, no dia 28 farão um ato público na frente do Palácio das Araucárias. Porque como a data-base é maio, nós, servidores públicos, estamos reivindicando no mínimo um reparo dos salários em 15%. Esta é a campanha salarial de todos os servidores públicos do Estado do Paraná. Portanto, no dia de hoje,

os servidores, representando as suas categorias - estão aqui vários dirigentes sindicais entregando um documento, assinado por mais de 15 entidades, solicitando o apoio e o empenho de cada Deputado e de cada Deputada, para que ajudem nesta mobilização, no sentido de convencer o Executivo para que encaminhe a mensagem para esta Assembleia, corrigindo em tempo o salário dos servidores públicos do Estado do Paraná. Estamos fazendo duas mobilizações, uma no dia 24, com a Educação, e outra, no dia 28, com o conjunto dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Aproveitamos para convidar todos os Deputados desta Casa para estarem junto conosco, com os servidores da Educação, no dia 24 e com todos eles no dia 28.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para registrar o grande encontro que tivemos na sexta-feira, promovido pela FAEP, pelo Governo do Estado, pela Associação dos Municípios e pelo FUNDEPEC.

(Lê):

Sanidade 100%, sem brechas

Sistema FAEP, Governo do Estado Associação dos Municípios do Paraná e FUNDEPEC

O grande encontro “Sanidade: Garantia de Desenvolvimento”, que reuniu mais de 1,5 mil pessoas de todo o Estado, ocorreu na última sexta-feira, dia 17, no ExpoUnimed-Universidade Positivo, em Curitiba. Estavam presentes lideranças políticas, entre elas o Governador Roberto Requião, seu Vice Orlando Pessutti, o Senador Osmar Dias, os Deputados Federais Ricardo Barros, Osmar Serraglio, Abelardo Lupion, Prefeitos, Vereadores e lideranças do setor agropecuário do nosso Estado, que atenderam o convite do Presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette.

“A sanidade é um ponto crucial. O Governo tem sua parcela de responsabilidade estabelecida em lei, mas os grandes interessados são, na verdade, os agentes privados: pecuaristas, agricultores, frigoríficos, comerciantes, fornecedores de insumos e toda a economia dos Municípios”.

“Queremos ser considerados internacionalmente como uma área do mundo onde a produção agropecuária tem qualidade e confiabilidade pela eficiência do seu sistema sanitário”.

O Secretário da Agricultura, Valter Bianchini, relatou as medidas tomadas na áreas da Vigilância Sanitária Animal e Vegetal pelo Governo do Estado, com a contratação de mais de 500 técnicos para

trabalhar na Vigilância Sanitária do nosso Estado. O Senador Osmar Dias demonstrou sua preocupação em assegurar o sucesso dessa cruzada em favor da economia paranaense. A parceria que está ocorrendo aqui neste encontro, deve ter sequência no campo. Se um produtor cometer um erro, os resultados podem ser dramáticos, disse.

Ele lembrou a necessidade do Governo Brasileiro liderar um movimento nos países do MERCOSUL voltado à uniformização da política sanitária.

E trouxe uma novidade: “Em quatro meses deveremos ter a proposta do Simples Rural, que terá os mesmos benefícios hoje oferecidos apenas aos empresários urbanos.

O Governador Roberto Requião, além de analisar a crise econômica mundial, destacou que “o Paraná é o único Estado do Brasil que tem realmente uma estrutura de segurança em relação à sanidade animal.”

O Governador lembrou que, no Paraná, todos os postos de fiscalização estão sendo fechados.

“Essas instalações estão sendo ocupadas pela Polícia Rodoviária em parceria com a Vigilância Sanitária”.

Já o Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, Sr. Inácio Kroetz disse: “O Paraná superou o mínimo necessário para alcançar a capacidade de gerenciamento de risco de sanidade na avicultura. Junto com Santa Catarina e Mato Grosso são os únicos Estados que têm capacidade de conter os riscos de sanidade animal. Credibilidade se conquista”. “É um Estado que cumpre quase na totalidade o que se espera de um serviço afinado com a realidade, com as necessidades na área avícola”. “Se o Paraná for afetado por algum evento vai saber trabalhar muito bem. Essa classificação levemente superior não significa impor restrições a outros Estados, mas sim que temos um serviço de qualidade superior. Ou seja, o Estado está preparado e gostaria que os outros também estivessem”.

Por isso gostaria de dar os parabéns para a parceria da FAEP, Governo do Estado, Municípios e entidades, para termos um Paraná melhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Deputada Cida Borghetti, Deputado Teruo, Deputado Presidente Nelson Justus, que acaba de voltar de uma viagem aos Estados Unidos, empresário dinâmico, foi contatar com empresários americanos e esperamos que o nosso Estado, em curto prazo, seja contemplado, quem sabe, com a atração de empresários estrangeiros, para trazerem mais dinheiro circulando na praça. Tudo isso é extremamente importante.

Presidente, usando também o horário da liderança, e fazendo votos que V. Exa. consiga atrair esses empresários americanos para o nosso Paraná, vamos usar também o horário da liderança, e agradecendo o Presidente Nelson Justus por este instrumento poderoso que ele colocou nesta Casa que é a televisão, que transmite ao vivo os trabalhos. Não tem mais jeito de o Deputado ter uma postura aqui e depois ir mentir na base que votou diferente. Quer dizer, quem for contra o povo, o povo, através da TV MERCOSUL e também através da TV SINAL, tem a oportunidade de acompanhar, fiscalizar o trabalho de cada um.

E como passa embaixo o meu e-mail, quero agradecer aos paranaenses que estão me enviando e-mails e vou adotar sempre a leitura desses e-mails, porque tem Deputados que assistem o nosso pronunciamento, às vezes o Governador Requião está lá colado na TV vendo falarmos aqui, tem Secretário de Estado, tem autoridade, e quem sabe algum assunto que abordamos aqui sensibilize as nossas autoridades para que não fiquem mudas, não fiquem cegas, não fiquem distantes do povo, e resolvam boa parte dos problemas que afligem os nossos paranaenses.

Tenho, do grande agricultor Brigílio Matos, um e-mail - alô, Secretário da Segurança; alô, Requião - diz aqui o meu amigo Brigílio Matos: - *Deputado Belinati, devido à insegurança que nos últimos anos tem acometido a Cidade de Londrina de forma acelerada e surpreendente, causando aumento da criminalidade, apesar de não se justificar pelo crescimento socioeconômico, pois Londrina perdeu o seu lugar de terceira maior Cidade do Sul do País, caiu para o 4º lugar, enfrentamos os problemas de uma metrópole sem sermos uma metrópole no momento.*

Ele está abordando aqui a violência que está tomando conta de Londrina, inclusive com assaltos constantes nos sítios, nas propriedades rurais, problemas esses que são arrombamentos, até com morte em residências, também roubos de propriedades rurais, roubos de trator, de carro, propriedades rurais sendo assaltadas, sequestros relâmpago, roubos de veículos em plena luz do dia, assaltos à mão armada até no centro de Londrina. Estão assaltando no centro da Cidade de Londrina e até assalto nas empresas comerciais.

Muitos desses têm tido os veículos furtados, com arrombamentos em grande escala. Cito o exemplo: uma loja do calçadão, de materiais esportivos, bem no centro da Cidade de Londrina, essa loja foi assaltada por dois elementos que estavam numa moto, isso aumentando a violência, eles praticaram o assalto com violência aos funcionários dessa loja de materiais esportivos, até houve ameaças de morte, empurrões, etc. Assim que os maus elementos deixaram a firma comercial, essa loja de materiais esportivos...

(término do tempo)

... o funcionário ligou para a emergência da Polícia, o 190, e em seguida ligou para o seu pai que mora a 35 quilômetros da Cidade, mora num Distrito rural, chamado Distrito de São Luiz, em Londrina.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O que aconteceu? O pai do funcionário da loja assaltada, mesmo morando a 35 quilômetros do local do assalto, chegou à loja assaltada antes que a Polícia. É o que está reclamando aqui o meu amigo Brigílio Matos: *Srs. Deputados, Londrina está um verdadeiro inferno*, e todos os políticos, tanto na esfera municipal, quanto estadual, desde o Legislativo ao Executivo, são responsáveis em garantir à população que os elegeu o mínimo necessário de segurança para que possamos viver em paz.

Tem razão. Alô, Secretário da Segurança; alô, Governador Requião, Londrina está um inferno, assalto, violência. e o povo merece respeito, merece que a Polícia seja melhor equipada. Vocês viram aqui, uma loja assaltada no centro da Cidade, depois que os bandidos foram embora o vendedor telefona para o pai, que mora na zona rural, em São Luiz, e o pai chega à loja antes que a própria Polícia. Daí não dá. Essa Segurança tem que ser melhorada!

Tenho aqui o e-mail do Renato que diz o seguinte:

Caro Deputado!

Quero agradecer a V. Exa. pelo voto favorável ao aumento de 14,9% aos policiais militares. Eu mereço muito mais que isso!

A família miliciana e seus familiares lembrarão disso na próxima eleição.

Renato, estamos aqui para apoiar os policiais sim, e tem que dar aumento para toda tropa, não é só para Coronel, não é só para oficial. Tem que dar aumento do Soldado ao mais graduado, não discriminar ninguém. Afinal de contas, ser policial é uma profissão de alto risco. Infelizmente, o salário do servidor público, do policial civil, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar é um salário muito pequeno, muito aquém do que eles merecem.

Temos aqui o e-mail da Luzia Fernandes de Souza.

(Lê):

Sr. Deputado, sou professora das séries iniciais e faço campanhas em prol de melhorar cada vez mais o avanço intelectual dos alunos da Escola Naymi; da Cidade de Marilena. Nossos alunos escrevem poemas, poesias e outros textos, destinam os mesmos ao ouvintes, só que a rádio não possui qualificação para lugares mais distantes como na zona rural por exemplo, onde moram a maioria dos pais dessas crianças; então faço um apelo a seu bondoso coração, e político que o senhor é com certeza se preocupa com a Educação, não é mesmo? Doe para a rádio comunitária de Marilena três microfones com fio, um transmissor 25 watts fm e um computador. O coração das crianças saltará de alegria e Deus lhe dará em dobro por este seu gesto nobre. Aguardo resposta. Um grande abraço. Professora Luzia Fernandes de Souza.

Parabéns, professora Luzia. Essa é a situação do magistério, das escolas públicas do Paraná. Isso caberia ao Governo garantir o mínimo de estrutura para o professor, para a professora poderem exercer bem essa missão nobre que está sob seus ombros. Aí o professor tem que sair por

aí fazer campanha, muitas vezes é mal compreendido, muitas vezes leva um desaforo, porque o professor sai com a sacolinha pedindo ajuda, porque o Governo não dá ao magistério do Paraná, não dá a rede pública de escolas o atendimento que é necessário.

Tenho aqui o e-mail do Ueverson Reziéri, que diz o seguinte:

Olá, ilustre Deputado Antonio Belinati. Estava assistindo ao vosso pronunciamento de 15/04/09 na Sessão Plenária, aonde V. Exa tratava de seu projeto de lei para a implantação nas escolas públicas de câmeras de monitoramento, uma vez que a violência nas escolas está fortemente exarcebada. Assim, lembro que fui recentemente alvo de uma agressão verbal mesmo que velada, aonde o aluno interrompeu o meu foco de raciocínio, querendo saber o seu número de chamada. Disse ao mesmo que não sabia lhe informar. Assim, o aluno disparou dizendo: "Depois aparece no jornal Tribuna: aluno mata professor". Nessas horas é que nos vem na mente o quanto estamos sozinhos, totalmente desprotegidos. Somos agredidos constantemente por esses "marginais" transvestidos de alunos que, por sinal, não sabem para o que vieram. Não estão comprometidos com o processo ensino-aprendizagem. Mas, no papel está tudo uma maravilha, pelo menos para aqueles que não estão na frente de batalha: sala de aula. Venho então sugerir que vosso projeto pudesse sofrer uma emenda para ampliar a instalação de câmeras também nas salas de aula. Um abraço e meu sincero respeito, Professor Reziéri.

Muito bem, professor. Gostei da sua ideia. Aliás, isto faz parte do nosso projeto. Se ele for aprovado, é para instalar câmeras de segurança em todas as dependências da escola, inclusive nas salas de aula. Porque é dentro das salas de aula que ocorre um aluno drogado matar um professor, matar um colega, ou ameaçar um professor. Muito obrigado, professor.

Os paranaenses que puderem, continuem mandando e-mails para analisarmos como está o Paraná. Ao invés de o Deputado impor sua vontade, o que ele pensa, o que ele não pensa, o melhor é darmos oportunidade a que cada paranaense mande um e-mail fazendo até críticas ao nosso trabalho, mas também com sugestões para que alertemos o Governo. Como é o caso do professor, aqui, ele quer câmeras de segurança também nas salas de aula, que é o nosso projeto.

Outro está reclamando da Segurança em Londrina. Outro militar me agradecendo pelo apoio ao aumento de 14,9% para todos os militares.

Do Cláudio Araújo:

Deputado Antonio Belinati, estou feliz em saber da sua luta como Deputado. Sou o Pastor Cláudio Marques, da Igreja Adventista dos Cinco Conjuntos; tenho seis igrejas aqui, nos Cinco Conjuntos em Londrina.

Muito obrigado, Pastor. Qualquer dia vamos visitar a igreja do Pastor Cláudio Marques.

Temos o Gabriel Pimenta:

Deputado Antonio Belinati, gostaria de expressar minha alegria em tê-lo como representante nosso na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Aproveito para elogiar sua participação. Porém, serei breve e sei que não devo tirar seu tempo. Venho de Belo Horizonte e estou morando há menos de um ano em Curitiba. Sou estudante do 2º ano de Direito da PUC. Gostaria de solicitar, se possível, uma vaga de estágio no seu gabinete.

É um estudante. Mineiro, veio estudar aqui. Presidente Nelson Justus, seria bom abrir estágio para esses estudantes nos gabinetes dos Deputados. Está na moda, no Brasil, é uma sugestão bastante interessante desse aluno.

Do Luís Fernando dos Santos Egídio, ele fala - e V. Exa. estava viajando - que mataram cruelmente um Pastor em Londrina. Ele foi pego as 17h, sexta-feira, quando deixava seu filho no trabalho musical da igreja. Amarraram o Pastor, torturaram, quebraram todos os dentes, jogaram dentro de um rio, ainda com vida, em Tamarana. Um dos crimes mais brutais dos últimos 30 anos em Londrina. Este é o segundo Pastor assassinado em Londrina, de maneira cruel. O outro foi assassinado dentro da própria igreja, quando estava numa roda de oração, na Vila Cazoni. E aqui o Luís Fernando dos Santos Egídio fala e aproveita para pedir que o Prefeito eleito dê aumento aos servidores da Prefeitura. Acho que é justo. Todos nós, candidatos, o Deputado Cheida, o Haully, o Barbosa, todos nós prometemos que daríamos a reposição salarial para os servidores da Prefeitura. Creio que o Barbosa vai dar os 40% de reposição, que prometeu aos servidores. Acredito.

Temos aqui o Julio Batista:

Olá Deputado, tendo em vista a falta de efetivos na Polícia Militar do Paraná, gostaria de saber se há alguma possibilidade de haver concurso este ano.

Alô, Governador Roberto Requião, estão faltando policiais no Paraná. Então, aproveite e faça concurso, além do aumento ao qual os policiais têm direito, aproveite que o João Batista está querendo ser um policial. Mas, para isto tem que ter concurso na Polícia Militar do Paraná.

Tenho aqui e-mail do Douglas Schiebelbein:

Sinto-me envergonhado quando vejo na mídia alguns Deputados paranaenses, incumbidos de lutarem em favor do povo, criando meios de aumentar o cabide de emprego na Câmara, indo na contramão da moralidade.

E, para terminar, tenho aqui do Edson Alves. Alô, Governador Requião, ele está dizendo: *Deputado Belinati, estão exonerando as chefias da CIRETRAN, sem motivos, por este Paraná afora.* Para quê isso? Acho que isso é uma politicagem. Então, fazemos um apelo ao Governador Requião, ao Diretor do DETRAN, que é candidato a Deputado e arrisca tirar a cadeira de algum Deputado, principalmente do PMDB. Alô, Sr. Diretor do DETRAN, o senhor está sendo criticado porque está exonerando algumas chefias da CIRETRAN. Isso é politicagem. Se a pessoa é competente, deixa no cargo. Para quê usar um órgão público, um setor tão importante para a

politicagem? Isso está errado. Se o Diretor do DETRAN quer ser candidato a Deputado, que seja candidato, mas não use a estrutura como está usando, não.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ademir Bier.

Deputado Ademir Bier (PMDB)

O SR. ADEMIR BIER

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Fizemos na semana passada, especificamente na quarta e na quinta-feira, um roteiro no Oeste e Extremo-Oeste do Paraná, em companhia do Governador em exercício, o Vice-Governador Orlando Pessuti, da Secretária da Educação, Yvelise Arco-verde, do Dr. Luciano e nos acompanharam também naquela ocasião dos chefes de Núcleos, tanto da Educação como de Obras, de Toledo e Cascavel. Estiveram conosco também nesse roteiro os Deputados Estaduais Dobrandino, Duílio Genari, Elton, que nos acompanharam nesse verdadeiro roteiro em benefício da Educação no Oeste do Paraná.

Inicialmente, na quarta-feira, estivemos em Céu Azul, entregando uma ordem de serviços para a construção da Escola Monteiro Lobato, um investimento de R\$ 4 milhões por parte do Governo do Estado, em uma área de 3 mil 557 m². Posteriormente, à noite, no Município de Medianeira, o Governador fez a entrega da obra do Colégio Estadual Naira Peline, um investimento de R\$ 1 milhão e 800 mil, em 2 mil 600 m². Na quinta-feira estivemos, logo pela manhã, no Município de Diadema do Oeste, especificamente na reserva indígena Linha Guaraní. Nessa reserva indígena o Governo do Estado construiu uma escola de qualidade, um investimento de R\$ 515 mil e de 615 m² de construção, lá no interior do Município de Diamante do Oeste, uma obra importante onde o Governo do Estado, juntamente com a Itaipu, tem feito um trabalho muito grande em benefício da tribo indígena de Diamante do Oeste.

Posteriormente, à tarde, estivemos no Município de Entre Rios do Oeste, entregando lá também uma escola iniciada em fevereiro de 2008, ainda no Governo do nosso companheiro Rogério Lerner, ex-Prefeito de Entre Rios do Oeste, uma obra de 2 mil 899 m², em um investimento de R\$ 1 milhão e 800 mil, um sonho antigo da comunidade de Entre Rios do Oeste, que agora vê as crianças abrigadas em um colégio de qualidade e com quadra coberta.

Posteriormente, no Distrito de Luz Marina, que é no Município de São Pedro do Iguaçu, onde foi dada a ordem de serviço para a construção de uma escola estadual em uma área de 2 mil 538 m², um investimento de R\$ 2 milhões e 268 mil. E já no final da tarde, no Município de Toledo, na escola Airton Senna, uma construção de 3 mil 216 m², em um investimento de uma obra de R\$ 1 milhão e 800 mil, perfazendo, só nessas obras citadas, um investimento do Governo do Estado na ordem de R\$ 12 milhões.

Foi importante isso, e os Deputados que estiveram conosco lá, principalmente lá em Diamante do Oeste, Deputados Dobrandino, Duílio Genari, Elton Welter, aonde tivemos a condição de presenciar uma obra de extrema qualidade, favorecendo lá os indígenas Guaranis, uma tribo que faz um trabalho extraordinário, e repito aqui, com o apoio da Itaipu Binacional. Mas o que nos chamou a atenção, além da solenidade da inauguração dessa escola lá no longínquo Diamante do Oeste, bem no interior de Diamante do Oeste, foi a hora do pronunciamento do diretor da escola, o Jairo, que fez um pronunciamento realmente fantástico, leu um discurso fantástico, e sintetizou naquele momento o que representava essa obra e esse investimento do Governo do Estado. Por isso que estamos extremamente felizes.

Tinha que fazer esse registro aqui na Assembleia Legislativa dos investimentos que o Governo do Estado tem feito na Educação, que é na edificação dessas obras de qualidade, contemplando a nossa Região Oeste do Paraná.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Só para registrar aqui, o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, eles estão aqui pedindo o apoio desta Casa para que eles sejam incluídos no aumento que foi dado para o salário-mínimo da iniciativa privada, que seja estendido também a todos os servidores públicos do Paraná. Vamos ler esse documento: é o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais do Paraná. Então, que os servidores saibam que os seus representantes estão aqui nesta Casa trabalhando por eles. E com certeza o Deputado Romanelli vai acabar abrindo o seu coração e dando apoio também aos servidores. Tenho convicção disso, Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero dizer primeiro ao Deputado Belinati, V. Exa. é, indiscutivelmente, o nosso principal ideólogo, diria na verdade aquele que é o maior doutrinador da escola belinariana de comunicação. V. Exa. acabou de nos dar uma amostra dessa competência com que V. Exa. expressa aquilo que é o sentimento que vai no coração das pessoas. E eu quero dizer que, sensibilizado por V. Exa., certamente poderemos, se a arrecadação permitir, conceder, é claro, uma revisão geral de salário para todos os servidores

públicos do Paraná. Vamos fazer isso. Porque o nosso Governo tem compromisso com o salário, nós nos orgulhamos de pertencer e integrar um Governo que paga reajuste dos salários dos funcionários públicos, e que vamos, no tempo certo, promover a todos os policiais militares um reajuste salarial diferenciado, como temos feito com diversas outras categorias, porque os policiais militares são merecedores do nosso respeito, e o respeito para o servidor público se faz de todas as condições, especialmente aquela que envolve a questão salarial.

Então, vou ficar muito orgulhoso o dia que eu puder estar aqui votando a mensagem que o Governador enviará à Assembleia Legislativa, para que possamos promover um aumento diferenciado para os policiais militares, como está sendo estudado inclusive pela Polícia Militar, pela Secretaria de Estado da Administração, para que possamos, de fato, melhorar ainda mais as condições de vida e de salário dos nossos valorosos policiais militares, sejam os praças, sejam oficiais, mas especialmente os praças que são merecedores de salário.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Gostaria que V. Exa., como Líder do Governo, incluísse entre os assuntos relevantes a Segurança do nosso Estado.

Não temos Segurança! Curitiba está abandonada! A Região Metropolitana está abandonada! O melhor lugar do cidadão é fechado dentro de casa com uma cerca de ferro. E você não vê a presença da Polícia Militar. E não culpo a Polícia Militar.

Aprovamos aqui uma lei de aumento de efetivo. E hoje o efetivo do Paraná é menor que do tempo do Governador José Richa. Com esse mesmo efetivo alguns governantes conseguiram fazer uma Segurança razoável.

Pergunto: o que poderíamos fazer para trazer o Secretário da Segurança aqui nesta Casa? V. Exa. como líder, poderia fazer um convite, mas sem marola, para que possamos dizer ao Secretário que a nossa Segurança está um caos. Os Municípios pequenos não têm delegado. Cidade do porte de Umuarama tem um terço do efetivo da Polícia Militar. E se formos ler os jornais, nas páginas policiais, é um horror!

Porque se o Rossoni propor aqui um convite ao Secretário da Segurança, parece que a Casa vai desmoronar. Parece que estou fazendo um desaforo ao Secretário e ao Governador. Não, só quero fazer o melhor para a população que está amedrontada.

Peço auxílio a V. Exa. para que inclua nos seus assuntos relevantes.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Rossoni.

O Governo tem feito investimentos, tem feito um grande esforço. Temos o maior efetivo da história da Polícia Militar e do Paraná. No mesmo tempo o Governo está terminando de nomear todos os delegados que foram

aprovados no concurso. Cem por cento das Comarcas do Paraná terão delegado de Polícia de carreira. Ao mesmo tempo estão sendo nomeados os que passaram por concurso de agentes, escrivães e demais carreiras da Polícia Civil. Debateremos, nos próximos meses, um novo Plano de Cargo e Salários para esses servidores também.

Para não divergir completamente de V. Exa., por exemplo, dou número. Lá em Cornélio Procópio temos a Polícia Militar e a Civil. Sabe quantos homicídios aconteceram no último ano? Nenhum. Sabe quantas tentativas de homicídio aconteceram lá? Nenhuma. Digo isso com grande orgulho, porque, indiscutivelmente, Polícia Comunitária é uma integração com a sociedade. Ao mesmo tempo, é claro, nas cidades mais fronteiriças do Norte Pioneiro, como Andirá e Cambará, temos problemas mais complexos.

Entendo o seguinte: se olharmos o mapa da violência no Paraná, vamos indentificar que os problemas estão na fronteira, naquela região de Foz do Iguaçu, Guaíra, que é um problema complexo, tanto que o Governo está criando o batalhão em Guaíra. Ao mesmo tempo, temos que reconhecer que em Curitiba e Região Metropolitana estamos precisando trabalhar com uma proposta diferenciada em termos de atendimento, ou seja, temos que aprofundar aqui as possibilidades dos Municípios formarem, todos eles, suas Guardas Municipais, trabalharem integrados com a Polícia Civil, com a Polícia Militar.

Entendo que é necessário que façamos uma rediscussão do tema que envolve a Segurança Pública em Curitiba, mas...

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Um aparte, Deputado Romanelli.

O Sr. Mauro Moraes (PMDB)

Eu pedi aparte antes, Exa.!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu concedo um aparte ao nobre Deputado Mauro Moraes, até porque entendo que esse tema da Segurança é atual. Vou falar depois sobre o tema aqui, mas concedo aparte ao Deputado Mauro Moraes e depois ao Deputado Edson Strapasson.

O Sr. Mauro Moraes (PMDB)

Acho que estou inscrito para falar no Pequeno Expediente. Vou expor minhas ideias, mas só para fazer uma correção, o Deputado Rossoni disse que teríamos que fazer o convite ao Secretário da Segurança. O convite já foi feito, viu, Deputado? Tão logo foi divulgado o mapa do crime, já fizemos o convite ao Secretário por meio do chefe de gabinete, Dr. Rogério Tomé, para que o Secretário venha a esta Casa novamente. Até hoje nem resposta se vem ou não. Novamente, acho que vamos voltar àquela discussão antiga de que se não aceitar o convite, infelizmente, a Comissão de Segurança terá que convocar. Nós vamos insistir, vamos reiterar por escrito o nosso convite para que o Secretário da Segurança venha a esta Casa expor aquilo que ele divulgou: o mapa da criminalidade.

Quero dizer a V. Exa., Deputado Rossoni, que já fizemos o convite, por meio do chefe de gabinete, Dr. Rogério Tomé. Estamos aguardando resposta, mas agora vamos fazer por escrito. Vamos oficializar o convite que foi feito, por telefone, há mais de 15 dias.

Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só um minuto, Deputado Strapasson.

Quero dizer, Deputado Moraes, sem arroubos de valentia. Acho que o tom que o Deputado Rossoni colocou é o seguinte: entendo que discutir o tema que envolve Segurança Pública no Paraná, especialmente Curitiba e Região Metropolitana, é um dever desta Casa, mas V. Exa. Deputado Mauro Moraes, integra a base de apoio ao Governo aqui nesta Casa, é do nosso partido, o PMDB. Claro, V. Exa. tem uma atuação muito vinculada à questão de Curitiba. No entanto, entendo que é melhor se pudermos conduzir um processo de debate, discussão, que seja sem querer emparedar o Secretário da Segurança. Entendo que é necessário que possamos fazer uma discussão pautada, dizer sim: o que podemos fazer para poder ajudar, para poder resolver, para poder, de fato, melhorar a Segurança Pública?

Concedo aparte ao Deputado Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Romanelli, concordo com V. Exa. quando diz que a Região Metropolitana, pelas suas peculiaridades - que não são só da Região Metropolitana de Curitiba, são do Brasil inteiro - com seus problemas sociais, a desigualdade social, os problemas da impunidade, muitas vezes, requer uma forma especial de atendimento e tem que ser vista de forma diferenciada. Entendo e falamos recentemente na TV SINAL, que Segurança Pública não se faz apenas e tão-somente com policial na rua, mas se faz, também, com policial na rua, principalmente.

É evidente que entendo que é praticamente impossível imaginar que um batalhão, só 598 homens, 600 homens aproximadamente, possa dar conta de um território de 12 mil Km², que vai da divisa com São Paulo à divisa com Santa Catarina, 1 milhão e 350 mil habitantes. O que dá dessa distribuição regional em casos extremos, como o caso de Colombo, em torno de 50 policiais no total, uma escala de 15 por período, que vai dar praticamente um policial para cada 4 mil 770 habitantes. É muito pouco.

Entendemos, e o Governador Requião falou que, se necessário, operações regionais, com a participação do efetivo de Curitiba, estarão trabalhando na Região Metropolitana sim. Isso é importante, mas também é bom que se diga que, quando se fazem operações gerais, o bandido fica sabendo antes, muitas vezes, do que a convocação dos policiais dessa operação, e daí ela acaba não atingindo seus objetivos.

É importante o efetivo da Polícia Militar, não podemos imaginar, esses dias eu estava conversando com o Prefeito de Colombo e ele me relacionou, o Município do interior, que tinha três, quatro Municípios, um terço da população de Colombo tinha 60 policiais atendendo.

Então, Município grandes, São José, Colombo, realmente precisam de um policiamento ostensivo, precisam do fortalecimento da inteligência da Polícia Civil, investigando, fazendo inquéritos bem feitos, para que, na Justiça, aqueles que são delinquentes, não sejam liberados pelo Juiz. E precisamos, acima de tudo, de um trabalho intensivo nessa parte da Polícia Investigatória, aquela à paisana, como se diz, a P2, porque somente assim vamos poder combater a questão do crime organizado, do tráfico de drogas.

Então, é evidente que clamamos sempre ao Governo, entendemos a dificuldade, mas não é possível mais convivermos, um Município como Colombo, com 50 policiais, isso já está há 10 anos e diminuindo.

Então, creio que os problemas aumentaram, as dificuldades são muitas, o Governo, o Coronel Anselmo é bem intencionado, conhece a região, mas coitado, precisa de uma distribuição melhor. Tomara que possamos trazer um pouco dos policiais de Cornélio Procópio, que está em paz, que tem uma situação diferenciada, para que pelo menos, possamos distribuir de forma igual, não que sejamos discriminados, nós da Região Metropolitana.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Bom, Deputado Strapasson, eu não cuido de Colombo, embora tenha o maior respeito por aquela Cidade, até porque V. Exa. era Secretário Especial da Região Metropolitana, a Deputada Beti Pavin era Prefeita de Colombo, e fizemos a regularização fundiária da Vila Zumbi dos Palmares, o que é um grande exemplo do que é possível, sim, fazer para poder melhorar a qualidade de vida do povo e espantar, naturalmente, os marginais, porque hoje é uma região muito melhor do que era antes. E digo isso no sentimento de que é claro que temos que manter aquilo que é bom e melhorar ainda mais, que é o caso de Cornélio Procópio.

Outro dia a Comandante do Batalhão da Polícia Militar de Paranavaí me mandou um recado, que está se formando agora a Escola de Polícia. Olha, quantos anos não se fazia Escola de Polícia nos Batalhões da Polícia Militar? Estamos realizando agora, inclusive em Paranavaí estão se formando 38 alunos, policiais, alunos e alunas, que vão prestar serviço para toda a região. E ao mesmo tempo, penso que o tema, na verdade, quando digo Segurança Pública, penso que temos que ter capacidade de poder retirar esse caráter, muitas vezes, que se pretende emparedar determinada autoridade, mas no sentido de poder identificar exatamente onde está o problema. Quando V. Exa. falava do quê a Polícia precisa, a Polícia Civil precisa trabalhar com a inteligência para poder, de fato, ver onde está o crime organizado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, sabe o que a Polícia precisa por primeiro? Comando, Secretário da Segurança.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Tudo bem, Deputado Valdir Rossoni, penso que temos que ter o seguinte: o Secretário da Segurança Pública é o gestor da política de Segurança Pública. Agora, no plano da vida real, de quem é a responsabilidade? É dos Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar, dos delegados que comandam as Comarcas, do promotor de Justiça, que muitas vezes fica lá preocupado com a diária que o Vereador veio para Curitiba, ao invés de estar preocupado, de fato, em combater a criminalidade na região, de poder cobrar, inclusive, de forma efetiva, a solução de problemas. Muitas vezes há uma subversão até daquele que deveria estar cuidando do interesse da população por conta, obviamente, do modismo.

Vamos dar um exemplo aqui: uma questão que é preocupante para todos nós é a questão ambiental. Os promotores de Justiça, hoje, se preocupam mais com a questão ambiental. Não estou generalizando aqui, mas pontuando, do que a questão que envolve, por exemplo, a criminalidade. Ora, sinceramente, talvez seja a hora de deixarmos a questão ambiental para os órgãos ambientais que têm responsabilidade. Os promotores de Justiça poderiam se empenhar muito para poderem, de fato, encontrar soluções. Um pequeno detalhe, porque entendo o seguinte: não há solução milagrosa, não haverá uma decisão tomada pelo Secretário da Segurança Pública, isso está em cada Comarca. Lá em Colombo tem que ter um pacto pela vida e contra a violência, para que todos possam, Prefeitura, o Governo do Estado, através das Polícias Civil e Militar, os Juízes de Direito que temos lá, os promotores de Justiça, que possam trabalhar de forma integrada.

Ao mesmo tempo temos que reconhecer que temos um problema difícil, que é a questão do processo de seleção e a formação dos policiais militares, que é difícil, longo, além de ter um custo elevado. Mas o termo custo elevado é a menor parte. O processo de seleção é muito complexo, pelas exigências que o candidato tem que possuir, para poder, de fato, integrar a Polícia Militar. É preciso ter uma Polícia 100% confiável. Sabemos que com todo o treinamento e o filtro que temos, ainda assim há pessoas que desonram a farda que vestem. Aí, é um grande prejuízo para a imagem da corporação, e mais do que tudo para a população.

Penso que a questão da Segurança Pública é um tema que tem que ser debatido, a partir da realidade de cada uma das regiões do Paraná. Temos que enfrentar o problema da criminalidade, onde ele está mais agudo. Nessa região está agudo, por conta das questões que envolvem as áreas de ocupação irregular que temos. São mais de 140 mil famílias, de pessoas que estão excluídas socialmente. Sabemos que a exclusão social leva muitas vezes à

criminalidade, por conta da falta de acesso ao processo formal da Educação, a falta do emprego, da oportunidade.

Hoje, por exemplo, todos aqui, 100% dos Deputados conversam com os diretores e professores da rede pública estadual. O desfazimento da família, do núcleo familiar, nesta sociedade em que vivemos, é tão grande e grave, que hoje quem está fazendo uma parte grande é a escola. Os problemas acontecem nas escolas. Os meninos e meninas estão absolutamente sem nenhum sentimento de pertencimento a alguma coisa, que seja do ponto de vista da formação, que seja virtuosa.

Vejo, Pastor Praczyk, o papel que as Igrejas têm exercido, sejam elas de qualquer denominação, Católicas, Evangélicas etc., são fundamentais nesse processo de dissolução que temos tido nas famílias. Essa questão que envolve violência, não é só a Polícia na rua, é mais complexa. Penso que devemos trabalhar nas questões objetivas, que envolvem policiamento.

Eu, por exemplo, estava passando ao lado da praça Adaauto Botelho, com minha filha Juliana, com minha netinha Júlia e mais uma filhinha, a Luíza. Eu estava de caminhonete com o vidro aberto e senti o famoso cheiro da maconha. Há 30 metros desta praça tem um posto policial. Havia dois sujeitos fumando maconha, às 3h da tarde de domingo. Não é possível que este posto não tenha visto aquilo que é evidente. As pessoas estão fumando na rua, no Largo da Ordem, na região da praça Tiradentes, no final de semana, na Cidade, você vê as pessoas urinando. Reconheçamos aqui que isso é uma questão mais grave e complexa, que envolve um tema que não é aceitável. A famosa praça Osório, que é clássica e faz parte da cultura da Cidade, tem um tipo de gente estranha, que andava à noite e, hoje é durante o dia. Uma senhora dona de uma banca de jornal disse que tinha um problema grave, porque tinha um filho adotivo, que foi prostituído por conta desse tipo de gente.

Reconheçamos que é uma patologia da violência, mais grave do que parece, e não é com discursos de roubo e valentia que resolveremos esse tema, que é mais complexo, menos discurso e muito mais voltado a uma ação prática, com diagnóstico de gente competente e capaz, que consegue, de fato, fazer a diferença.

Mas, Sr. Presidente, encerro o pronunciamento. Vim aqui para falar do fórum popular realizado sábado, sobre a questão da habitação. Mas, amanhã teremos Sessão aqui na Casa, então falarei do fórum e sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, do qual tenho, de fato, grandes preocupações desde que se iniciou. Concluo porque o tema acabou se derivando para a questão da Segurança Pública, mas penso que o debate deva ser travado.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não iria utilizar a tribuna, mas como o assunto se derivou para a questão da Segurança, vim para também discutir sobre este assunto, já que é um tema que preocupa toda a sociedade. E quando se trata de Segurança, todo mundo cobra mais policiais, mais armamentos, quando na verdade sabemos que só isso não vai resolver o problema. Temos um problema sério na questão da desagregação familiar e alguns caminhos têm que ser tomados. Tenho defendido bastante a questão da Educação, principalmente a Educação em tempo integral, que seria a possibilidade das crianças ficarem mais tempo na escola estudando, praticando esportes. Mas, sabemos que é um projeto que demanda tempo, a médio e longo prazo.

Temos de reconhecer que alguns trabalhos valiosos estão sendo desenvolvidos.

Pastor Edson, neste final de semana estive participando em Paranavaí de um retiro, de um trabalho que vem sendo desenvolvido pela Igreja Católica, através do Padre Adão. Nosso amigo Sidney que organizou tudo. Tivemos 139 pessoas participando, jovens, e dentro desse trabalho, além do trabalho espiritual, o Padre Adão vem acolhendo também jovens drogados. Já existe em Paranavaí uma casa de recuperação com mais de 20 jovens sendo tratados, que querem realmente resgatar a sua dignidade, sair dessa vida de drogas. E nessa casa, tem um menino de 11 anos fazendo tratamento, porque a família já não consegue controlar, a sociedade já repudia. Então, Deputado Pastor Edson, como é grave essa situação.

Esse trabalho que vem sendo desenvolvido em Paranavaí pela Comunidade Emanuel é um trabalho fantástico. Tem dado resultados incríveis, não só nesta questão dos drogados, mas também no resgate de valores na família. Porque tudo nasce lá. Sabemos que a falta, muitas vezes, do amor do pai, da mãe, a convivência familiar é que leva esses jovens a procurar o acolhimento em outras situações e que acaba fazendo com que jovens que poderiam estar estudando, poderiam estar sonhando com uma vida melhor, acabem entrando por este caminho e cheguem numa situação onde têm que recorrer a um tratamento, e muitas vezes até um internamento, para que possam realmente se recuperar.

Então, venho aqui enaltecer esse trabalho que vem sendo feito em Paranavaí, pela Comunidade Emanuel, coordenado pelo Padre Adão. Essa comunidade, cada vez mais, tem se envolvido nesse trabalho, mas acho que o Poder Público poderia estar também acompanhando, avaliando esse trabalho que é feito pelas Igrejas. Inclusive sabemos que muitas Igrejas Evangélicas também têm feito esse trabalho de acolhimento dos jovens drogados e que é o caminho, realmente, para que possamos, efetivamente, recuperar, porque um tratamento, um

internamento de um mês, 60 dias, com certeza pode até amenizar a situação, mas não vai resolver, não vai fazer com que essa pessoa realmente volte a ter dignidade, que possa depois, pelas próprias pernas, andar. Não vai dar condições para que essas pessoas realmente possam se recuperar definitivamente.

Portanto, gostaria de conchamar principalmente as autoridades, que olhem com melhor atenção essa parceria que poderia ser estabelecida com as Igrejas, com a sociedade organizada, para que efetivamente encaremos essa situação, que não é só uma situação de Paranavaí ou região, mas uma situação de todo Estado. Temos certeza de que em todo lugar temos problemas com jovens, problemas de Segurança e que realmente têm que ser resolvidos para que as famílias possam ter mais tranquilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Mauro Moraes, por cinco minutos.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Antes de qualquer coisa quero agradecer ao Líder do Governo, que disse nesta tribuna que o Governo está estudando um aumento diferenciado aos policiais militares e policiais civis do Estado do Paraná. E se for dessa maneira, não vamos nem apresentar emendas para que possamos estender aos nossos valorosos policiais, que estão trabalhando no limite do que um policial militar possa suportar, um salário bem aquém de suas necessidades e tendo que enfrentar bandidos muito bem armados, traficantes, e quando vai para casa eu não sei se o policial, na realidade, tem que enfrentar em casa o stress ou fora. Talvez o de casa, sua esposa, seja até pior do que os bandidos na rua, porque ele chega em casa, a prestação do carro está atrasada; ele chega em casa e o financiamento da COHAB está atrasado; os filhos não podem pagar mensalidade escolar; estão faltando coisas. Então, ele já chega em casa com o stress do trabalho e ainda tem que enfrentar sua esposa, quando chega expondo as necessidades em decorrência de um salário bem aquém daquilo que um policial militar do Estado do Paraná merece.

Então, nosso líder, agradeço de coração esse estudo, porque se não vier uma mensagem com aumento diferenciado, pode ter certeza e convicção de que terei que apresentar, sim, uma emenda para estender um salário muito mais eficiente e significativo aos nossos valorosos policiais da Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná e dos agentes da Polícia Civil, investigadores.

Antes quero retrucar um pouco o que disse o Deputado Teruo. É muito importante o que as instituições religiosas têm feito no Estado do Paraná com a recuperação de drogados. Mas é oportuno frisar que apenas 7% dos usuários de drogas, principalmente crack, saem do seu vício. E diariamente milhares e milhares de jovens estão entrando.

Então, a comparação é muito grande entre aqueles que diariamente entram para o vício, do que aquele que, com muito esforço de instituições religiosas, de caridade, estão fazendo. Temos que deter o mal pela raiz fechar as fronteiras com Batalhão da Polícia Militar, com helicóptero policiando as fronteiras. Temos que pagar melhor os policiais militares que ali vão permanecer.

Todos sabemos que o Paraná hoje é o maior distribuidor de drogas, armas e munições por todos os Estados brasileiros. O mal está onde? Na fronteira. Então, temos que fechar a fronteira. Mas olha o que vejo hoje no jornal, exatamente naquela região: não existe Polícia Civil e metade das Cidades do Oeste paranaense. Cinquenta e quatro por cento dos nossos Municípios do Oeste não têm policiais civis, dos 50 Municípios que pertencem à AMOP, em 27 nenhum funcionário da Polícia Civil, em 19 nem mesmo funcionários da Prefeitura. Em outros tem funcionários da Prefeitura, em oito apenas funcionários da Prefeitura, escrevem a DOC. Vejam bem a minha preocupação. Sabemos que ali é que está o mal, é na fronteira. Os traficantinhos são presos, mas os grandes traficantes estão morando em mansões, apartamentos de cobertura e são estes que têm que ir para a cadeia.

Por isso solicito ao Secretário da Segurança, vamos imediatamente, não ter uma companhia em Guaíra, mas sim um batalhão da PM com dois helicópteros, com 1 mil homens de preferência da RONE, para que possamos efetivamente combater o crime nas nossas fronteiras.

Resumindo, sabemos onde estamos vivendo o maior índice de criminalidade. Sabemos de onde partem as drogas, munições e armas que vêm causando uma epidemia 100 vezes maior do que qualquer outra epidemia vivida no Brasil, matando 100, 200 vezes mais do que qualquer outra epidemia. E vamos combater, nas fronteiras é que temos que atuar frente a frente, lado a lado, ombro a ombro, todos dando a sua parcela de contribuição, o Governo Federal com a Polícia Federal, o Governo Estadual criando esse Batalhão da Polícia do Estado do Paraná e também as Guardas Municipais naqueles Municípios que a possuem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro quero justificar a minha ausência na semana passada nas Sessões da Assembleia Legislativa, motivado pela saúde, o médico não nos permitiu que participássemos das Sessões e nos impediu até que fôssemos viajar. Mas hoje estamos praticamente recuperado, estamos participando das Sessões. E dizer aos Parlamentares que como não estive presente na semana passada e ficaram pendentes algumas questões ainda da semana anterior, quando discutimos aqui o salário-mínimo regional; quando houve a retirada do piso estadual dos professores e achamos por bem usar o Grande Expediente hoje, Srs. Deputados, para esclarecer alguns pontos e para que não fique dúvida em relação às nossas afirmações e também em relação às discussões que, muitas vezes, surgem no transcorrer da Sessão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do Líder do Governo, Deputado Romanelli, ouvi os apartes, e enquanto estavam falando fui ao meu gabinete e a nossa assessoria trouxe o que tínhamos lido hoje de manhã, num dos principais jornais do Oeste do Paraná, Jornal do Paraná. E a manchete principal, - o Deputado Mauro Moraes fez algumas considerações - mas quero deixar bem claro e que fique registrada a manchete principal do Jornal do Paraná, de Cascavel: *Não existe Polícia Civil em metade das Cidades do Oeste do Estado*.

Por inúmeras vezes ocupei esta tribuna e disse que a Região Oeste e principalmente os Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, mereciam ter um tratamento diferenciado em relação às outras regiões do nosso Estado.

Deputado Marcelo Rangel, nós desta tribuna já afirmamos e voltamos a afirmar: não somos especialistas na área da Segurança, mas temos as pessoas formadas e que entendem de Segurança Pública, que comandam a Segurança em nosso Estado. Agora, todos sabemos que tanto o Governo Federal como os Governos Estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, aqui mesmo de Curitiba, muitas vezes montam grandes operações nas periferias das Cidades para combater a criminalidade e também as drogas. Assunto também abordado pelo Líder do Governo, Deputado Romanelli, que conhece até pelo cheiro. Nunca senti e não quero sentir! Ele até sentiu, disse, num domingo, dia claro, o cheiro daqueles que fumam maconha.

Agora, por onde entra a maconha? O Brasil planta maconha? Que eu saiba não! E quando descobrem, grandes operações são montadas para destruir essa plantação. Mas o crack, a cocaína, o armamento que é usado pelos marginais entra por onde? Se não é fabricado, produzido no Brasil, ele entra por algum lugar. Ele entra pelas fronteiras do nosso País e por onde? Ou na divisa com o Paraguai, ou na divisa com a Bolívia! E o que precisa fazer? Ter uma atenção maior nessas regiões.

Por exemplo: os Municípios de Guaíra e Foz do Iguaçu, quando o Governo ou algumas entidades, instituições, instalam centro de operações, se noticia: “Olhe, na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, uma operação agora para examinar, fiscalizar tudo”. Os marginais, os traficantes, Deputado Pastor Edson, vão para onde? Pelo lago de Itaipu. Se não para o lago da Ponte de Guaíra, vão para onde? Para a divisa seca: Mato Grosso com o Paraguai e outros Países. Aí cabe ao Governo Federal, sim, junto com os Governos Estaduais, criar e instalar um efetivo mais permanente nessas regiões. Se fiscalizarmos nossas fronteiras, com toda certeza, não teremos as drogas e nem os armamentos que são usados pelos marginais no Brasil inteiro.

Não dá para admitir que o Governo do Estado permita que 27 Municípios, Srs. Deputados, do Oeste do Paraná, não tenham nenhum funcionário concursado, não existe nenhum agente da Polícia Civil. Mais da metade dos Municípios do Oeste do Paraná estão desprovidos. Quem está lá quando tem? São as Prefeituras que mantêm ou o Conselho de Segurança. Mas que Segurança é essa que temos a oferecer?

Gostaria de chegar aqui, enaltecer e dizer: ao menos no Oeste do Paraná existe uma valorização, o Governo do Estado está investindo na Segurança. Não, pelo contrário. Temos que trazer aqui, na Sessão, a manchete principal do jornal O Paraná, de Cascavel, que traz, lamentavelmente, esta informação que mais da metade dos Municípios não têm, sequer, um funcionário, uma pessoa concursada, um agente, um policial da Secretaria da Segurança Pública. Isso é lamentável.

Com aparte o Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Ragel (PPS)

Deputado Elio Rusch, acredito que a Sessão de hoje será toda dedicada à Segurança Pública. Eu mesmo vou fazer uso da tribuna no horário do PPS, para falar sobre Segurança Pública também. E o senhor está correto, assim como outros Parlamentares que já se pronunciaram.

A questão da Segurança Pública no Estado do Paraná é delicada. O efetivo da PM e PC no Estado do Paraná é o mesmo efetivo dos anos 80. É inacreditável, mas é verdade. O Estado cresceu, o índice de criminalidade aumentou, o tráfico de drogas aumentou e a situação não é terrível somente no Oeste do Paraná, não. Na região dos Campos Gerais também a situação é muito complicada e delicada. Estive anteontem em Tibagi, Cidade próxima de Ponta Grossa, visitando a delegacia. Antes de anteontem dois delinquentes fugiram da delegacia, porque a delegacia está completamente em ruínas, as paredes estão caindo. Dois policiais apenas estavam trabalhando numa delegacia que está com superlotação. Esses dois delinquentes fugiram num dia e no outro dia estavam assaltando um supermercado da Cidade.

Isto está se repetindo em todas as Cidades. Precisamos votar já o Plano de Cargos e Salários dos policiais, que estamos discutindo há tanto tempo. Precisamos votar

com urgência aqui na Assembleia, e precisamos, sim, chamar o Secretário da Segurança, que tem que vir. Vamos convidar. Se não vier por convite vamos fazer uma convocação, mas acho que o Secretário precisa dar explicações ao Parlamento, sim senhor.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço o aparte, Deputado Marcelo Rangel, e como disse no início do nosso pronunciamento que iríamos fazer algumas considerações em relação ao salário-mínimo regional e ao piso estadual dos professores, não me canso de dizer, Srs. Deputados: o tempo é a razão de si. O tempo se encarrega de mostrar a veracidade ou serve, também, para desmentir as pessoas. Pois bem: no dia 7, 8 discutimos aqui o salário-mínimo regional. Infelizmente as emendas apresentadas pela Oposição de que esse salário-mínimo regional fosse também estendido para os funcionários públicos no salário básico de cada um, e principalmente para a Polícia Militar e também para os professores da rede pública, que ninguém poderia receber no salário básico menos do que o salário-mínimo que o Governador institui para o setor privado, para a iniciativa privada no Estado do Paraná.

Mas, infelizmente, nossa emenda foi rejeitada. E no dia seguinte, quando votamos o salário-mínimo regional, já no dia 8 de fevereiro, o Governo retirou a mensagem que instituiu o piso estadual dos professores do Estado do Paraná. Como todos sabem, o Governo apresentou essa mensagem no ano passado, depois que assinou uma ADIN arguindo a inconstitucionalidade da lei que instituiu o piso nacional dos professores no nosso País. Depois assinou a ADIN. Me dá o direito de pensar: acho que o Governador deve ter sido levado pelos seus assessores por engano, acredito! Porque não acredito que o Governador, que sempre defendia o piso nacional dos professores, iria arguir a inconstitucionalidade do mesmo. Mas ele mandou para a Assembleia Legislativa uma mensagem do piso estadual dos professores. Qual foi a surpresa nossa? Quando estamos votando, no dia 10 de dezembro, o piso estadual dos professores, houve, a pedido do Governo, através dos seus Deputados, a retirada do projeto por 10 Sessões.

Por que faço essas colocações? Porque o Líder do Governo, no dia 8 próximo passado, tentou jogar o Deputado Elio Rusch contra o Deputado Reni Pereira, porque o Deputado Reni Pereira também havia tratado dessa questão do piso estadual dos professores pedindo a volta desse projeto. Parece-me que até o projeto do Deputado Reni Pereira pedindo a anexação do projeto dele ao projeto que estava sendo votado, em relação ao salário-mínimo regional, não foi anexado porque o projeto voltaria.

Eu não sabia desse trabalho do Deputado Reni Pereira e fui cobrar se ele também estava trabalhando, mas como o Deputado Luiz Claudio Romanelli - Líder do Governo, a quem nós respeitamos como Deputado e como defensor do Governo - ele disse que estávamos interferindo no trabalho do Deputado Reni Pereira.

No dia 16 de fevereiro, e para que eu não coloque palavras na boca nem do Presidente da Assembleia, nem do Deputado Luiz Claudio Romanelli, e nem ele coloque palavras na minha boca, vou ler o que eu disse no dia 16 de fevereiro: “Era uma outra questão que gostaríamos de levantar, Sr. Presidente, que em dezembro foi retirado um projeto, dia 10, da Ordem do Dia, ou seja, o Projeto de Lei nº 502, de autoria do Poder Executivo, por 10 Sessões. Lógico, a pedido do Governador. Acredito que trata sobre o salário para os professores de ensino da rede básica do Estado do Paraná. Ou seja, aquele piso dos professores públicos estaduais do nosso Estado, esse projeto foi retirado por 10 Sessões. Não sei se continua tramitando aqui na Casa ou se o Governador retirou definitivamente. Se não foi retirado, solicito a volta desse projeto, uma vez que foi retirado por 10 Sessões”. Palavras nossas.

Agora vem falar o Deputado Nelson Justus: “Agradeço a colocação dos dois temas de V. Exa. e vou providenciar a resposta para ver o que houve com isso.” São palavras suas.

Nós levantamos essa questão de salário dos professores já em fevereiro, logo no início dessa Sessão Legislativa, e depois dessa Sessão, inúmeras vezes levantamos. Mas o Líder do Governo quis insistir na Sessão do dia 8 e quis dizer que estávamos atropelando um trabalho do Deputado Reni Pereira.

Tenho o maior respeito pelo Deputado Reni Pereira, grande Deputado, conhecedor, profundo técnico, que entende da questão legislativa, mas precisamente da questão tributária.

Por essa razão, Deputado Romanelli, que eu queria dizer uma coisa para V. Exa. - olha o que o senhor disse no dia 8: “Deputado Elio Rusch, se V. Exa. me disser qual é o piso novo, que vigora desde janeiro, lhe darei o aparte. Se não souber o valor, não dou o aparte.” V. Exa. me deu o aparte e pediu que eu falasse o valor do piso nacional dos professores. Eu disse no meu aparte, e está aqui nas notas taquigráficas, que estava me referindo ao valor da época, que era R\$ 950 o piso nacional. Enquanto que o Estado estava instituindo R\$ 1 mil 392 para os professores, bem acima do piso nacional, inclusive, levantado também por V. Exa., na época, quando foi retirada a mensagem do Governador do Estado do Paraná. E eu não disse o valor do piso nacional, mesmo porque eu não sabia. Quando não se sabe números, não se pode afirmar. Agora, V. Exa. me chamou a atenção, num aparte disse que o Deputado Elio Rusch estava por fora, que não conhecia, que isso era demagogia, era para jogar para a plateia.

O senhor falou naquele dia, com todas as letras: “Hoje o valor é R\$ 1 mil 078 o piso nacional. Ora! Eu não falei porque eu não sabia, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Agora, V. Exa. estava equivocado, porque o piso nacional dos professores não é R\$ 1 mil 078, é R\$ 1 mil 132,40, conforme informações da nossa assessoria, que foi à internet e que a própria imprensa divulgou no dia seguinte.

E eu poderia dizer o seguinte: o peixe morre pela boca. Antes de falar, pense duas vezes. Por esta razão, quero deixar registrada esta nossa manifestação, hoje, porque no dia 8 fomos advertidos e o Líder do Governo quis nos chamar a atenção. Eu disse ao Líder do Governo que aqui não é a Escolinha do Professor Raimundo. Aqui é a Assembleia Legislativa. Somos 54 Deputados e ninguém veio aqui por acaso. Cada um veio pelo trabalho que tem prestado. Agora, passar informações para a Assembleia Legislativa, dizer que eu não estava informado e passar o valor errado, no mínimo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, com todo respeito que tenho por V. Exa., que sirva para refletir.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Elio Rusch, quero dizer a V. Exa. o seguinte: em primeiro lugar, V. Exa. reconheceu publicamente que não sabia, inclusive, que o piso nacional profissional dos professores havia sido reajustado e tem que ser reajustado, a partir de 2009, anualmente, V. Exa., na verdade, come pela mão dos outros, não sabia qual era o valor. Agora sabe qual é o valor.

Quero dizer a V. Exa. que o Paraná, os professores, recebem muito mais que o piso nacional profissional que os outros professores. É uma conquista que tivemos. Nenhum professor, no Paraná, ganha menos que R\$ 1 mil 392. E diga-se de passagem, na vida real os professores ganham muito mais quando se trata de um caso concreto. Basta pegar a folha de pagamento ou o holerite. Quando alguém for reclamar para o senhor, de salário, faça como tenho feito, pega a vida real do servidor: “Me dá seu holerite; deixa eu ver seu contracheque.” No contracheque o senhor vai ver o seguinte: este Governo, não é à toa que fizemos crescer muito a massa salarial, porque o salário que estamos pagando é o maior salário nominal que os servidores já tiveram. E mais: temos promovido reajustes salariais, revisões anuais de salários, como nunca antes se fez na história deste Estado. E mais: temos feito por Planos de Cargos e Salários de cada uma das categorias, correções históricas das distorções. E o nosso Governo tem trabalhado.

Quero dizer o seguinte: antes de falar de servidor público, temos que ter a capacidade de reconhecer o quanto avançamos nestes últimos anos. E V. Exa. sabe: o piso profissional dos professores, nacional, é de R\$ 1 mil 103.

Era isto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, volto a dizer: não coloque palavras na minha boca, por favor. Você, quando pediu um aparte e disse que eu não sabia que tinha correção em janeiro, eu não falei isso não, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Eu disse, naquele dia 8, como disse hoje, que eu não sabia qual o valor da atualidade. Mas disse, naquela ocasião, que o piso nacional dos professores, ano passado, era de R\$ 950, e V. Exa., no dia 8, confirmou e afirmou com todas as letras.

V. Exa. estava desinformado, não falou a verdade. V. Exa., a forma que se dirige aos Deputados, como o deus dos deuses, o senhor dos senhores, como se aqui fosse uma escolinha: “Eu vou falar e todo mundo tem que obedecer.” Não é o Líder do Governo que vai pautar a Oposição, não é o Líder do Governo que vai pautar os trabalhos da Assembleia Legislativa e, muito menos, vai pautar este Parlamentar. Cada um faz as suas defesas, as suas colocações, mas isto aqui é necessário colocar, porque ficou essa dúvida no ar e hoje, mais uma vez, ficou comprovado.

O Deputado Romanelli quis colocar palavras na minha boca. Acho que ninguém, nenhum Parlamentar tem a obrigação de saber qual é o piso dos engenheiros, dos médicos, qual é o piso mínimo de dentistas, de jornalistas... ninguém precisa saber. O que nós precisamos saber, sim, é aquilo que estamos votando na atualidade, e eu tive a humildade de, naquela Sessão, reconhecer: não sei qual é o valor atual do piso nacional. Eu disse para V. Exa., na época, que era de R\$ 950, mas V. Exa. estava equivocado, não sabia, foi mal informado ou tentou jogar os Deputados contra os próprios professores.

Se o Governo do Estado quer resgatar a credibilidade, fazer aquilo que ele sempre afirmou, devolva, mande para a Assembleia o projeto instituindo o piso estadual dos professores no nosso Estado do Paraná, essa proposta que ele tinha apresentado, porque primeiro ele determinou que você em casa, do setor privado, vai pagar o salário-mínimo, mas eu não preciso cumprir como Governo do Estado.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No horário do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa e cidadãos do Paraná.

Subo à tribuna hoje para falar sobre a criação de uma ação legislativa que estamos propondo para discutir um assunto de grande gravidade. Como falei há pouco, em aparte que fiz ao Deputado Elio Rusch, acho que a Sessão de hoje será dedicada à Segurança Pública e vou falar sobre este assunto, mas de uma outra forma. Estamos propondo uma ação legislativa para discutir os crimes de internet. Hoje pais, mães, famílias e cidadãos estão completamente vulneráveis a bandidos que usam a internet como instrumento para cometerem todos os tipos de criminalidade.

Deputado Douglas Fabrício, hoje no Estado do Paraná existem mais de 12 mil inquéritos abertos pela NUCIBER, de crimes de internet, isso sem falar naqueles casos em que as pessoas não têm condições de contratar um advogado, de abrir um inquérito, de fazer uma denúncia na Polícia com relação a esses crimes.

Bandidos estão trocando armas pelo teclado do computador e hoje todo tipo de crime pode ser praticado através da rede. Nesses inquéritos, Sr. Presidente, temos formação de quadrilha, tráfico de drogas, pedofilia, extorsão, estelionato, espionagem pessoal, espionagem comercial, crimes contra a honra, difamação e outros. E em contato com os delegados federais e estaduais, com membros da Polícia, estamos em contato permanente com essas autoridades para apurar crimes relacionados à internet, e falando sobre esse assunto, ficamos preocupados como avanço da criminalidade na internet.

Por isso, hoje, Srs. Parlamentares, Deputados Stephanes Júnior, Ney Leprevost, Fernando Ribas Carli, Alexandre Curi, que são jovens e têm essa preocupação com relação a crimes cometidos pela rede, pela internet, hoje estamos propondo através de requerimento, a criação da Frente Parlamentar de Combate aos Crimes na Internet. Uma frente composta por oito Deputados: quatro Deputados Estaduais e quatro Deputados Federais. Acabei de conversar com o Deputado Ratinho Júnior, que se dispôs a também participar dessa frente. E também gostaria de ter na composição Deputados jovens, como Deputado Gustavo Fruet, Cezar Silvestri, Rocha Loures, Marcelo Almeida, Deputados Federais, porque hoje, Sr. Presidente, não temos legislação específica para esses crimes.

Então, precisamos fomentar a discussão aqui na Assembleia Legislativa, promover Audiências Públicas, discutir um pacote legislativo, leis, normas específicas para os crimes da internet, levar também essa discussão para a nossa bancada paranaense em Brasília. E principalmente, Deputado Ney Leprevost, e proponho aqui, pode criar um site na internet para receber denúncias de todo o Estado do Paraná com relação a crimes e encaminhar aos delegados responsáveis, às delegacias, delegacia da Polícia Federal, ou através da NUCIBER aqui no Estado do Paraná, que é a delegacia para crimes cibernéticos, criada no último ano, que está assoberbado de denúncias, de inquéritos, e precisa de uma reestruturação adequada, porque não podemos mais conceber que bandidos que utilizam a internet, quadrilhas que se utilizam da internet fiquem impunes, porque não temos ainda uma legislação adequada.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Marcelo Rangel, quero dizer que faço coro ao seu pronunciamento, vejo a sua iniciativa como bastante positiva, tem meu apoio. E gostaria de ressaltar que está tramitando nesta Casa um projeto de nossa

autoria, em parceria com V. Sa., onde propomos que em todos os ciber cafés e estabelecimentos comerciais que trabalham com o comércio de internet oferecido ao público, passem a contar com câmera de vigilância, porque hoje a internet, que é uma rede que veio para informar a população, para levar cultura, conhecimento para as pessoas, lamentavelmente está sendo deturpada por criminosos. O senhor colocou muito bem, existem criminosos trocando o gatilho da sua arma pelo teclado do computador. Hoje, na internet, ocorre comercialização do sexo com menores de idade, pedofilia, contrabando de narcóticos, de armas, enfim, tudo o que há de mais perigoso e de mais nocivo, principalmente para as crianças e para os jovens que são os usuários habituais da internet, está lá hoje acessível para qualquer pessoa.

Então, temos que começar, acho que a sua ideia de fazer um debate mais amplo, de fazer uma legislação mais abrangente é boa, mas temos que começar com a aprovação desse projeto que estabelece a obrigatoriedade da instalação de câmeras, e mais, do cadastramento com RG e CPF de cada pessoa que usa o ciber café, porque pegando o exemplo da política local, já vimos pessoas que vão a ciber cafés em época de eleição - e isso é muito fácil de ser feito hoje em dia - denegrir a imagem de um determinado concorrente a um cargo público. Isso fazem a torto e a direito na época das eleições. É possível descobrir o autor, mas quando você não tem o registro da pessoa que esteve naquele ciber café, que esteve naquele local usando a internet, fica muito mais difícil. Você descobre o aparelho, mas sem uma filmagem e sem um cadastro você não descobre quem foi o usuário do computador.

Temos que tornar mais rígida a legislação em relação à internet, claro que respeitando sempre a liberdade de expressão. Mas nunca nos esquecendo que o direito à privacidade também está assegurado pela Constituição Federal e é um direito sagrado de cada cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Ney Leprevost, agradeço o seu projeto e tenho orgulho de poder assinar também em conjunto, pois é de grande alcance social e é importante aprovarmos o mais rápido possível.

Concedo um aparte ao Deputado Pastor Edson Praczyk.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, por levantar esta questão ainda muito recente à regularização da internet.

Dizer que me coloco à disposição para me somar, e porque não dizer multiplicar as ideias que possam coibir que os maus façam uso dessa ferramenta, que particularmente admiro e acredito que seja extremamente positiva quando usada para o bem.

Acrescentando à essa lista de crimes cibernéticos, existem aqueles que fazem uso do google hertz, mapeia os bairros das Cidades para planejar arrastões de resistências, tendo êxito no assalto.

Recentemente a Record fez um documentário em cima desse assunto, até onde vai a liberdade e a privacidade de todos nós depois do advento internet.

Quero me somar para que possamos, inclusive, investigar as gangues que marcam determinados locais para confrontarem-se, que também tem sido muito comum através do envio de e-mails, dos mensageiros instantâneos tão populares hoje em dia e sendo usado de forma inadequada.

Muito obrigado.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Quero convidá-lo para, no dia 27 de abril, a partir da 8h30, no plenarinho da Assembleia Legislativa, participar de uma Audiência sobre o controle da internet e democratização dos meios de comunicação. Várias autoridades brasileiras estarão presentes discutindo esse tema tão importante. Espero seu comparecimento, pois V. Exa. tem contribuído muito para esse debate. Assim como aproveito para convidar os demais Deputados desta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Rangel, eu na CCJ tive a oportunidade de ter vistas do projeto do Deputado Ney Leprevost. E o enunciado do projeto me fez pedir vista, porque me pareceu e dá mais destaque à questão de se colocar câmeras. Acho que câmera não é o tudo do projeto. Na leitura do projeto pude compreender que V. Exa. faz uma lei que determina câmeras, mas também um cadastramento, o registro de quem utilizar a lan house.

Quero dizer, Deputado Rangel, a V. Exa. que está na tribuna, e ao Deputado Ney Leprevost que, indiscutivelmente, me somo a essa preocupação. Estaremos votando este projeto, independente de posição de quem quer que seja. V. Exa. pode ter certeza que votarei a favor, porque infelizmente tem se transformado num ponto onde, sem poder identificar quem fez o uso da internet, utilizam para fins não tão pedagógicos ou interessantes quanto a internet pode proporcionar.

Então, parabenizo ao Deputado Rangel por levantar este problema; e parabenizo o Deputado Ney Leprevost pelo projeto, que tem assinatura de outros Parlamentares, porque é uma preocupação totalmente pertinente no momento que estamos vivendo.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Obrigado, Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Deputado Marcelo Rangel, quero dar total apoio ao seu projeto e dizer que esse cadastramento deve ser feito. Quero pedir para que este projeto possa ser apurado, possa ser catalisado na vista da Comissão de Constituição e Justiça, para que possamos debater em Plenário e aprovar de uma vez por todas.

Quero pedir uma atenção especial, se pudermos, durante a discussão, Deputado Marcelo Rangel, aos sites de relacionamento que existem hoje na internet. Não estou aqui para fazer nem dar publicidade a nenhum deles, mas seriam os Orkuts, Facebooks e afins, nos quais as pessoas se relacionam e, muitas vezes, acabam difamando outras pessoas, usando de falsidade ideológica, expondo crianças e adolescentes à pedofilia. Acho que grande parte da nocividade da internet, hoje, está nesses sites de relacionamentos.

Tendo esse cadastro, teremos como localizar de onde veio esse crime, essa agressão, e poderemos solucionar o problema.

Falo com conhecimento de causa, porque eu mesmo já tive a página clonada, nome usado, fotos expostas de uma forma que, durante campanhas eleitorais, como bem disse o Deputado Ney Leprevost, foi muito prejudicial. Isso mesmo num ambiente, num universo que não envolva político, como um cidadão qualquer que use a internet, também, tenho certeza que não gostaria de ter nem suas fotos, nem seu nome e nem sua imagem difamadas pela rede mundial de computadores.

Então, é muito pertinente seu pronunciamento, é muito pertinente o projeto do Deputado Ney Leprevost, e gostaria de debate mais em Plenário para que apuremos este projeto e possamos aprovar o mais breve possível.

Agradeço o aparte.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço também, Deputado Fernando Ribas Carli. Nós vamos nos aprofundar nessa frente.

Sr. Presidente, peço o apoio de V. Exa. É muito importante o apoio da presidência da Assembleia Legislativa, do Líder do Governo e da Liderança da Oposição, para formarmos a Frente Parlamentar de Combate aos Crimes de Internet.

Era isso, Sr. Presidente, e agradeço muito pela benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação, a pedido do Deputado Stephanes Júnior, a presença do Prefeito de Faxinal, filho do nosso ex-companheiro Edson da Silva Lino, o Adilson Silva Lino. Seja bem-vindo a nossa Casa, Prefeito!

Consulto o Bloco PTB/PR. PMDB. Bloco PSB/PRB/PV.

(Todos declinam).

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, já fiz vários pronunciamentos nesta Casa sobre o piso nacional dos professores, do magistério. Formamos uma Frente Parlamentar e é o momento de começarmos uma atuação mais consistente nessa frente. Nesta sexta-feira, a APP-Sindicato, vários servidores do Estado estarão em praça pública defendendo, entre outras questões, o piso. Temos uma diferença com o Governador neste caso, entrou com uma ação com outros Governadores, sabemos que ele tem feito uma política muito boa em relação à Educação no Estado do Paraná, mas temos uma divergência clara a esse respeito.

Entendo, e a Bancada de Parlamentares que se organizou para defender o piso, que o piso é uma luta histórica e uma conquista fundamental para que se construa no Brasil uma padrão único de qualidade para a Educação. Toda a ação do Governo Federal vem nesse caminho. Quando se institui uma avaliação em todo País para as escolas públicas, desde o ensino fundamental, ensino básico, também o ensino universitário, o próprio FUNDEB quando estabelece o custo/aluno vem nesse sentido de construção de um padrão de qualidade. E o piso complementa toda essa linha de raciocínio de intervenção na Educação brasileira.

Hoje estamos realizando Conferências Municipais em todo o Brasil. O ano que vem teremos a Conferência Nacional de Educação, com ampla participação democrática, popular, todos os setores que se interessam e têm relação com a Educação, direta ou indiretamente. Pela manhã estive em Jaguariaíva acompanhando uma Conferência com praticamente todos os professores do Município, discutindo, debatendo uma ação para o Município, e o piso vem nesse caminho. Temos que dar as mãos e essa comissão, em parceria com a APP-Sindicato, e mais órgãos representativos, professores, fazer Audiências em todos os grandes Municípios, em todas as regiões do Paraná, para que possamos implementar essa luta.

Ora, se foi o próprio Governo Federal que deu essa diretriz, o Congresso Nacional aprovou, eu não entendo essa interpretação do Supremo Tribunal Federal, essa interpretação que não aceitou a porcentagem de 33% de carga de preparação de aula. Acho que o Congresso, se for o caso, tem que repensar e fazer uma nova lei, mudar a Constituição Brasileira, se tiver algum problema constitucional, já que é a vontade do Congresso - somos representantes legítimos do povo brasileiro - e é a vontade de Poder Executivo. Esse piso tem que ser implantado.

Peguei os seguintes dados com o Professor Lemos, agora: piso, com a correção deste ano, R\$ 1.132,40 para a jornada de 40 horas. Segundo o Professor Lemos, no Paraná hoje o professor com formação de magistério, ou seja, formação de 2º grau, tem um piso de R\$ 974 por 40 horas, só atinge o piso nacional se entendermos que o auxílio transporte, R\$ 406, pode ser somado. Eu entendo

diferente, acho que auxílio-transporte, não pode ser considerado no piso e, portanto, isso é defasagem também no Paraná, segundo os dados que me passou um representante da APP-Sindicato, Deputado, nosso colega, Professor Lemos, que inclusive está reunindo agora com servidores e pediu para que eu comunicasse a esta Casa, neste momento, com o Secretário do Planejamento, Enio Verri, a Secretária Maria Marta, para discutir o aumento dos servidores, particularmente dos professores da rede pública estadual.

Então, faço esse apelo para que todos os Deputados se congreguem para que possamos, neste momento que a sociedade brasileira pede, efetivar essa conquista tão importante para a história da Educação. Jamais poderemos construir uma Educação de qualidade se não entendermos que um dos sujeitos fundamentais da Educação é o professor e ele tem que ser valorizado de todas as maneiras.

Nesse sentido, apresentei uma proposta ao Governo para que os professores da rede pública paranaense que concluírem o PDE tenham um aumento de 15%, uma gratificação, assim como os professores das universidades têm. Qualquer professor universitário que conclua o curso de especialização imediatamente recebe em seu salário um adicional de 15%. Entendo que da mesma forma os professores da rede pública que concluem o PDE devem ser contemplados com esse adicional de 15%. E se isso acontecer, o PDE será um coroamento e um processo permanente de qualificação profissional e de melhoria de condições de trabalho para os professores.

Estamos encaminhado novamente solicitação, com estudos mais aprofundados, ao Governador Requião, e sabemos do trabalho que o Governador tem feito em favor da Educação. Que ele possa avançar nesse sentido.

Por último, queria tecer alguns atos, comentários importantes sobre a VIZIVALE. Eu fiz um requerimento à Secretária Yvelise, acabei de conversar por telefone com ela, e ela vai nos responder rapidamente sobre a validade do curso oferecido pela Universidade Castelo Branco, que temos documentos e já lemos várias vezes nesta tribuna. Essa Universidade Castelo Branco propõe aos alunos da VIZIVALE que lhe inquirirem que se eles fizeram o curso, se inscreverem no curso com uma carga de 400 e poucas horas de complementação, terão o diploma de Pedagogia Plena, reconhecido pelo MEC.

Ora, quero que a Secretária me responda se a Secretaria Estadual da Educação tem aceitado esse diploma quando esses professores que já concluíram o curso da Castelo Branco se inscrevem para o concurso público. Essa resposta é de extraordinária importância para o caminho que estamos trilhando. Se a Secretaria de Educação aceita esse diploma, acho que não tem nenhum motivo para que o Governo do Estado, através do nosso Governador, a própria Secretária de Educação e a Secretária de Ciência e Tecnologia, junto com o Conselho Estadual, tomem uma deliberação no Paraná, para que as nossas universidades públicas possam também propor

uma qualificação, com pequena carga horária, para os mais de 30 mil professores que fizeram esse curso.

Nós, de posse dessa solução, dessa resposta da Secretária - se for uma resposta negativa - teremos que punir, urgentemente, esta instituição, para que depois não se alegue, novamente, que milhares de alunos tenham pagado um curso, se sacrificado, por um diploma que não tem valor. Então, se não tem valor, as entidades do Estado têm que fiscalizar o exercício e a implantação desses cursos e agir rigorosamente com a Justiça, para punir pessoas que utilizam de forma criminosa - se esse for o caso - com relação a esses professores. Essa resposta é muito importante.

Contratamos agora o serviço de um advogado especialista. Queremos um aparecer, o mais depressa possível, sobre todas as questões que afligem os 35 mil professores. Teremos uma conversa com o Governador Requião, que é um começo da mobilização, no mês de maio. Os próprios alunos, de forma autônoma, estão se mobilizando. Vamos percorrer o Paraná com os demais Deputados, para mobilizar e organizar esses alunos, para que venham à Curitiba, na nossa comissão. Vamos conversar com o Governador, para sensibilizá-lo a achar uma solução no Paraná. Porque o MEC não existe mais possibilidade.

Já falei aqui que o caminho administrativo está esgotando e não temos outra alternativa. O nosso Governador tem, com muita autonomia, lutado contra decisões do Governo Federal. Acho que temos todas as condições de, unidos, achar uma solução caseira. São 300 Municípios do Estado que têm mais de 8 mil professores dando aula, já aprovado pelo curso, passando por problemas de segurança, coação emocional, que estão correndo risco de serem demitidos pelos Prefeitos, já que eles acham que podem ter as suas contas rejeitadas pelo Tribunal, porque esses professores não têm ainda o seu diploma registrado. Isso nos consolida a lutarmos cada vez mais por essa solução.

Antes de conceder um aparte ao Deputado Marcelo, passo a palavra à Deputada Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Obrigada, Deputado Péricles.

Mais uma vez parabenizar V. Exa. pela preocupação que tem, como Presidente da Comissão de Educação desta Casa e com os alunos da VIZIVALE. Quando olhamos para a questão da VIZIVALE, sabemos que estamos falando de 35 mil professores que cursaram o curso superior à distância e hoje não podem ter esse diploma, o curso reconhecido.

Embora tenhamos acompanhado essa questão há alguns anos - acompanhei V. Exa. em várias audiências em Brasília - entendemos que a discussão passa pelo Estado do Paraná. Acredito que temos condições de resolver, sim. Acredito também no bom senso do Governador Roberto Requião e da Secretária Yvelise. Precisamos buscar uma solução, o mais breve possível, porque os professores que foram concursados, hoje, estão sendo

ameaçados ou até demitidos do seu trabalho. Não podemos deixar que a situação continue dessa forma, ou que piore ainda mais. Buscar, o quanto antes, o entendimento e a solução para o caso.

Conversei nesta semana com o Bispo da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, Dom José Antônio, que está muito preocupado com a questão. Ele comentou da reunião que participou, com professores que estão organizando essa mobilização para o dia 15 de maio, que acontecerá em Francisco Beltrão. Entendo que precisamos, até lá, buscar e levar uma proposta do que é possível fazer. O Estado do Paraná tem condições de ajudar a resolver esse problema.

Convidar todos os Parlamentares desta Casa, no próximo dia 24, na sexta-feira, para uma Audiência Pública sobre a questão do Código Florestal, que acontecerá no Município de Prudentópolis. Convidamos todos os Parlamentares desta casa, estamos com todo o apoio também da nossa presidência, o Presidente Nelson Justus. Gostaríamos, de maneira especial, de convidar todos os Deputados que fazem parte da Comissão de Agricultura, e assim estendo o convite para todos os Parlamentares que queiram participar do debate a respeito do Código Florestal.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputada.

Antes de passar a palavra para o Deputado Marcelo, queria comunicar que acabo de receber a informação do meu gabinete, o Ministério da Comunicação acabou de convocar Conferência Nacional de Comunicação, Deputado Tadeu. É uma luta nossa aqui do Paraná, o sindicato se mobilizou para a democratização dos meios de comunicação. Tivemos uma audiência com o Governo Requião, aprovamos uma moção de apelo nesta Casa, ao Ministro e ao Presidente da República, para que fosse convocada essa Conferência. E acabo de receber a informação, não é uma conquista somente nossa, mas outras Assembléias Legislativas também se mobilizaram a favor dessa Conferência.

Deputado Marcelo, por favor.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Péricles, só queria parabenizá-lo. Sei do seu empenho, do seu trabalho com relação ao problema da VIZIVALE. Nós o apoiamos com relação àquele projeto que o senhor encaminhou à Assembléia, que foi aprovado por unanimidade. O caso da VIZIVALE é muito complexo, muito complicado. Sabemos de todo empenho da Comissão de Educação. Mas, gostaria de deixar um desabafo, porque o projeto de sua autoria, que teve o apoio dos Parlamentares chegou ao Palácio e foi vetado pelo Governador. Poderia ser uma arma jurídica para esses 35 mil professores, poderia ser algo positivo para essas pessoas que estão sofrendo com esse problema tão grave. E acredito, Deputado Péricles, que podemos voltar a discutir e derrubar esse veto para apoiar o projeto de sua autoria, para que possamos ter mais um artifício para tentar solucionar esse caso.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

É isso que vamos fazer, conversamos há uns 15 dias, que temos que mobilizar todos os professores e os Deputados também. Conversei com o Líder do Governo para que, num consenso, derrubemos o veto e vamos fazer isso. Naquele momento achei que não era o melhor momento, mas tem toda razão, a nossa idéia é derrubar o veto. Já que a Universidade Castelo Branco deu autonomia, cobrando dos professores para fazer um curso de 400 horas, mais autonomia têm nossas instituições públicas. Penso exatamente como o senhor e acho que todos os Deputados pensam assim, e com o apoio do nosso Presidente Nelson Justus, derrubaremos o veto.

Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, PSDB, PDT, Liderança da Oposição. Com a palavra Deputado Douglas Fabrício.

Liderança da Oposição: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Deputado Nelson Justus, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Cumprimentar a imprensa aqui presente, senhoras e senhores.

Quero aproveitar este horário para falar de dois assuntos.

O primeiro, hoje recebemos a visita de representantes de sindicatos, acho que cada Deputado recebeu um envelope, Fórum das Entidades Sindicais e dos Servidores Públicos Estaduais. Aqui tem SindSaúde, APP, vários sindicatos. Estão fazendo um pedido aqui. Na essência, eles querem um reajuste salarial aos funcionários públicos do Estado do Paraná, que seja um reajuste igual àquele que foi dado à iniciativa privada, na faixa de 15% foi 14,9.

Somente lembrando a todos que nós da Oposição apresentamos uma emenda quando o Governo mandou aquele projeto para a iniciativa privada de aumento de 15%, lembrando aquelas categorias profissionais que não têm um sindicato que as represente. Aprovamos aqui o projeto do Governo, e a nossa emenda, que era para estender esse mesmo aumento aos funcionários públicos, foi derrubada aqui nesta Casa.

Então, na hora da votação, alguns Deputados votaram a favor da nossa emenda, que era da Bancada de Oposição, Deputado Elio Rusch, e outros votaram contra a nossa emenda. Na somatória a nossa emenda teve um número menor de votos e por isso perdeu. E perdendo, não foi aprovada.

Agora, cada Deputado está recebendo aqui um pedido dos sindicatos. A imprensa já divulga hoje que o Governador Requião mandou elaborar uma mensagem que estabelece reajuste salarial de 6% para o funcionalismo - índice que mal repõe a inflação do período, na verdade.

Essa mensagem deve chegar amanhã aqui na Assembléia. E vamos aguardar, então, quando chegar aqui, para que os Deputados votem então esta mensagem do Governador. Aí estamos falando do aumento aos funcionários públicos, aos professores, aos policiais civis, policiais militares, Deputado Scanavaca ao pessoal da Segurança Pública que hoje foi falado bastante sobre este assunto e eu também tenho aqui alguma coisa para falar sobre a Segurança Pública, ao pessoal da Saúde, que precisa realmente de aumento, enfim, os funcionários do Governo do Estado, que na verdade não são funcionários do Governo, são funcionários que passaram em concurso público e que prestam serviço à população, porque os Governos mudam. A cada quatro anos temos oportunidade, pela democracia que vivemos, de fazer as mudanças nos Governos que estão. Isso inclui desde Vereador até Presidente da República, passando naturalmente pela questão dos Governadores.

Vamos aguardar esse projeto do Governo, vamos discutir, pessoal da imprensa, vamos discutir e saber o que vai acontecer nos votos.

Aí eu fiz um pedido para o pessoal dos sindicatos, conversando com eles aqui, falei: olhem, acompanhem bem a votação e não sirvam, espero que vocês não sirvam de manobra como outros sindicatos se propõem a serem manobrados pelo Governo, que daí fazem até, tem sindicatos que vêm aqui e fazem jornal, colocam a foto: “Olha, esses são contra o povo; esses são a favor do povo”, e na verdade estão fazendo um desserviço à população, nem explicam direito do que se trata.

Teve um sindicato que fez uma barulhada danada, a serviço do Governo, por causa daquele projeto da PEC do Emprego, que, na verdade, ficou conhecida como a PEC da enganação. E aí engana o povo com a votação de um projeto aqui enviado pelo Governo, engana os sindicatos que também fazem foto, fazem jornal, gastam dinheiro, até não sei de onde que é o dinheiro que foi gasto naquele jornal, também para enganar o povo.

Espero agora que esses sindicatos aqui que estão representando essas entidades possam sair vitoriosos no seu pedido. Vou guardar o envelope aqui, mas já disse a todos que nós da Oposição vamos propor uma emenda para que os funcionários públicos tenham o mesmo reajuste que foi à iniciativa privada. Este é o nosso compromisso, Deputado Elio Rusch. Já tínhamos feito da outra vez, vamos repetir a emenda para este projeto. Este era o primeiro assunto.

Agora, quero aproveitar o restante final do momento da nossa fala, para tratar do segundo assunto. Por várias vezes estivemos nesta tribuna falando do assunto Segurança Pública, falta de Segurança Pública.

Hoje tomou conta deste Plenário a discussão sobre este tema. Vários Deputados usaram da palavra, falaram sobre este tema, Deputados do Governo, Deputado da Oposição, enfim, estivemos na semana passada participando de um debate, um bate-papo pela TV SINAL,

organizado pela sua competente equipe, em que tratamos deste assunto, discutimos a falta de Segurança Pública no Paraná inteiro. E agora ouço mais Deputados falarem neste assunto. Significa dizer que realmente a falta de Segurança Pública no Paraná é grave. Teve um importante jornal deste Estado que dias desse soltou uma grande reportagem e colocou a região de Campo Mourão, que é a região que represento, em 8º lugar em homicídios no Estado do Paraná. Então, coloca lá que o primeiro é a Região Metropolitana, 2008 já teve 597 homicídios; Curitiba teve 549, Foz do Iguaçu, 254; Londrina, 242; Toledo, 154, Cascavel, 124; Campos Mourão, 93; inclusive o Município de Cianorte, que é da região do Deputado Jonas Guimarães, que estava neste debate.

Esses números mostram que sobre a Segurança Pública, precisamos conversar com o Secretário. E até não é só para conversar para fazer Oposição, ou Situação. Não Precisamos ter uma boa conversa com o Secretário. Um debate, colocar a ansiedade da população, porque esses números são muito grandes. O percentual de aumento de homicídios é grande. E esses números são referentes às regiões polarizadas, colocadas as Cidades principais. Mas estamos vendo uma situação muito grave da questão de Segurança Pública. E se não discutirmos, nós que somos representantes da população, estou apresentando um requerimento aqui na Casa oficialmente para hoje, que pode ser votado hoje ou amanhã, fazendo um convite ao Secretário da Segurança Pública, para vir falar com todos os Deputados, que ele venha aqui na Assembléia Legislativa. Mas não em uma reunião fechada, numa reunião só da comissão, que aí dá um minuto para cada um falar, e não tem condição. Vamos fazer uma reunião aberta aqui, pode vir o povo se quiser participar. O Secretário deve ter muitas informações para falar; nós também temos que passar informações para o Secretário. Se ficamos indo um a um no seu gabinete, ele não consegue nos receber e vamos ficar os outros dois anos que faltam do Governo e não vamos conseguir todos os 54. Vamos fazer uma Sessão Especial com o Secretário, que ele venha aqui. Estamos aqui para isso, para trazer a ansiedade da população.

A imprensa está divulgando os números. E nós que vivemos no dia a dia dentro dos Municípios sabemos bem a realidade, a falta de policiais civis, falta de aumento para os policiais. O Governo investiu em novas viaturas, mas tem Município que está faltando viaturas. O Governo investiu em armamento, mas aí não tem gente para utilizar o armamento do lado dos policiais. Então, precisamos conversar com o Secretário, por isso esse requerimento.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns a V. Exa. que está sempre preocupado com os problema que afligem, que dão dor de cabeça ao povo. Falta de emprego, áreas de Segurança para a

população de baixa renda que está precária, precisa ser melhorada, o problema de Segurança que V. Exa. está abordando. É muito feliz a colocação de V. Exa. Também não adiante o Secretário da Segurança vir aqui para fazer discurso. Acho que esse problema de aumento da violência é o alcoolismo, a droga, a impunidade, a falta de salário mais justo para a Polícia Civil, para a Polícia Militar.

Agora há pouco um jornalista estava me mostrando quantas e quantas Cidades do Paraná não tem um policial civil. Por isso, Exa., discurso só não vai devolver a vida do Pastor brutalmente assassinado em Londrina, na porta da igreja, arrebentaram os dentes, amarraram, jogaram-no com vida no rio em Tamarana, e tantos outros casos de violência que têm acontecido.

É importante que o Secretário venha aqui para ouvir o que temos para falar em nome do povo, mas que ele traga solução. Qual é a solução? Melhor salário para a Polícia, melhor equipamento, porque tem bandido andando mais bem equipado que a própria Polícia e, acima e tudo, um combate rigoroso a esses criminosos que estão infernizando e levando a insegurança e a violência para todos os cantos do Paraná.

Teve um tempo que violência era coisa de Cidade grande; hoje, a droga nas Cidades grandes, médias e pequenas. O crime bárbaro está na Cidade de Curitiba, em Londrina, Campo Mourão, parece que virou moda, o bandido mata, porque ele quer ver a notícia na TV, no jornal, para mostrar que ele é grande, que é poderoso, que ele é mais sábio do que a Polícia, e o povo está aí, quantos e quantos, centenas e milhares de lares do Paraná enlutados.

Parabéns a V. Exa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado, já pedi seu voto e o seu apoio para o requerimento que vai ser votado logo mais, convidando o Secretário para vir aqui ouvir os Deputados e não vir aqui para fazer palestras. Já teve essa oportunidade.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 023/09, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando reserva do plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 22/05/09, das 8h30 às 17h oportunidade em que será realizado o II Congresso do PCCS dos servidores das instituições de ensino superior do Paraná. **À Comissão Executiva.**

Indicações nºs 396 a 400/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Governador do Estado, a viabilização de uma Biblioteca Cidadã nos respectivos Municípios: Rio Branco do Sul, Rio Negro, Roncador, Quatro Barras e Peabiru. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 401 a 411/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Governador do Estado, a viabilização de aparelho e ecografia para os respectivos Município, Mandrituba, Palmeira, Pitanga, Santo Antônio da Platina, São José dos Pinhais, Campo do Tenente, Tijucas do Sul, Piên, Siqueira Campos, Rio Branco do Sul e Ribeirão Claro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 412/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano e ao Exmo. Sr. Diretor Presidente do Departamento de Estradas de Rodagens, a ligação asfáltica entre o Distrito de Yolanda, no Município de Ubatã e o Município de Quarto Centenário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 413/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a construção de nova Delegacia de Polícia de Marialva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 414/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Departamento de Estradas de Rodagem, a passagem da Patrulha Rodoviária no Município de Morretes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 415/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário do Trabalho, a implantação de cursos de pedreiros no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CHICO NOROESTE (PR) (**Questão de Ordem**)

O artigo 51 do Regimento Interno diz o seguinte: *O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria, terá o prazo de 10 dias para apresentação de seu parecer escrito.* No entanto, o projeto que eu apresentei

nesta Casa de Lei de nº 056/09. está na Comissão de Defesa do Consumidor desde o dia 01 de abril de 2009. Portanto, já se passaram os 10 dias que a Comissão tem direito, já estamos dia 22, portanto já se passaram no 22 dias. Gostaria que V. Exa pudesse tomar providências a respeito dessa minha petição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Compete a questão de ordem de V. Exa. Se possível colocarei ainda na Ordem do Dia de amanhã. Caso contrário, segunda-feira lhe garanto que esse projeto estará na Ordem do Dia.

Projetos de lei em número de dois, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 675/08, que cria a 56ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Realeza, e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM SUBEMENDA DE PLÊNARIO, AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBEMENDA À EMENDA
SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ
DO PROJETO DE LEI Nº 375/08
SUBEMENDA DE PLÊNARIO

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça, cria a 56ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Realeza, e adota outras providências.

Conforme o Regimento Interno desta Casa Legislativa, as proposições poderão sofrer emenda desde que atendidos os requisitos do artigo 141, I o que se verifica no corpo da emenda ora analisada, plenamente legitimado os autores quanto a sua positura.

Em análise do teor da subemenda, verificou-se que os autores resgataram o texto original do projeto de lei encaminhado pelo Tribunal de Justiça, alterando o substitutivo geral da CCJ.

Nosso parecer dado ao projeto encontra-se apenas, mantendo sua legitimidade e constitucionalidade.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, tendo em vista que a presente subemenda encontra-se revestida de legalidade e constitucionalidade, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Rosane Ferreira, Carlos Simões, Ademir Traiano, Carlos Simões, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri e 01 ilegível.

Em votação o projeto de lei, ressalvadas as emendas. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação o substitutivo geral da CCJ.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

A Mesa tem duas formas de colocar em votação, porque há uma subemenda apresentada ao substitutivo geral que retorna a integridade do projeto original, que é efetivamente baseado na técnica.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já votamos o projeto. Agora, vamos votar o substitutivo. Se for aprovado, vamos colocar em votação a subemenda. Se for rejeitado, a subemenda estará prejudicada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Combinado. Numa conversa que tive com o Deputado Elio Rusch, queria encaminhar no sentido de poder rejeitar o substitutivo geral, que propõe mudar a sede desta Comarca para Capitão Leônidas Marques. E não é esta a boa técnica, porque até recebi, por parte do Dr. Luís Valério, que foi o Juiz da Comarca de Realeza e que enviou para mim um profundo arrazoado, porque foi ele quem iniciou os estudos envolvidos pelo Tribunal de Justiça no sentido de criar esta seção judiciária para que pudéssemos ter, ali, mais um Juiz Substituto, porque tem mais de 8 mil processos. E houve, claro, por parte de um Parlamentar, por conta das questões que envolvem a questão regional, uma mudança da sede desta seção judiciária.

Mas, há que se reconhecer que os fundamentos que basearam o Tribunal de Justiça e o Dr. Luís Valério, que hoje é Juiz da Comarca de Ivaiporã, e pela explicação detalhada que ele faz, me convenço de que é correta a posição do Tribunal de Justiça.

Por isso queria encaminhar nossa bancada no sentido de rejeitar o substitutivo geral, mantendo a proposta original do Tribunal de Justiça, mantendo a sede da seção judiciária no Município de Realeza e não em Capitão Leônidas Marques, que de fato desvirtuaria aquilo que é o objetivo de atender a prestação jurisdicional àquelas comunidades que estão naquela sede de Comarca.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto o Líder da Oposição.

O SR. ÉLIO RUSCH (DEM)

É exatamente esse o entendimento que mantivemos com o Deputado Romanelli e com outros Parlamentares, que se rejeite o substitutivo para que permaneça o Projeto na forma original.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então, como não há objeções, vamos fazer a votação de maneira simbólica.

Srs. Deputados contrários ao substitutivo, permaneçam como estão. **Está rejeitado o substitutivo.**

A subemenda fica prejudicada.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 003/09, de autoria da Comissão Executiva, que disciplina as normas para, nomeação e exercício de servidores da Assembleia Legislativa em geral, bem como de Assessores e Secretários Parlamentares para atuação dentro do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 003/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1° Os servidores em geral, nomeados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sejam efetivos ou demissíveis *ad nutum*, deverão preencher, quando da publicação do referido ato e anteriormente ao início do exercício, declaração, conforme modelo anexo, e que deverá conter, necessariamente, as seguintes informações:

I - Declaração de que não exerce cargo, emprego ou função pública (artigo 37, XVI e XVII da Constituição Federal e artigo 20 e artigo 285, I da Lei n° 6174/70);

II - Declaração de que não possui incompatibilidade de horário com o exercício do cargo de agente político ou em comissão de assessor ou secretário parlamentar, nos termos da Lei n° 6174/70;

III - Declaração de que não percebe proventos de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença provenientes do INSS (artigo 37, parágrafo 10 da Constituição Federal);

IV - Declaração de que não possui impedimentos à investidura em cargo público (artigo 22 da Lei n° 6174/70) e de que está em pleno gozo de seus direitos políticos (artigo 15 da Constituição Federal);

V - Declaração de ciência de que deverá comunicar ao Departamento de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná qualquer alteração que venha a ocorrer em sua vida funcional em desacordo com os itens citados nos incisos anteriores e com as demais determinações legais vigentes;

VI - Declaração de ciência de que prestar declaração falsa é crime, nos termos do artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Art. 2° As atividades nas bases de representação dos Parlamentares, são consideradas extensões dos respectivos gabinetes a fim de proporcionar a facilitação e otimização das atividades, em especial o atendimento da população interessada.

Parágrafo Único. Admite-se a nomeação de especialista, devidamente habilitado e/ou de competência técnica específica, para fins de assessoramento nas áreas jurídica, informática, comunicação, finanças públicas, entre outras, em dedicação parcial, com prestação de serviços a critério do Parlamentar, desde que atendidos os requisitos descritos no artigo desta resolução.

Art. 3° Entende-se como extensão do gabinete parlamentar a projeção deste fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em escritório ou Município onde ocorra a atuação dos agentes políticos, assessores ou secretários parlamentares, a serviço dos Deputados Estaduais, uma vez que este poder tem abrangência estadual.

Art. 4° As disposições previstas na presente resolução serão reguladas mediante atos da Mesa Executiva, oportunamente editados.

Art. 5° A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22/04/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 004/09, de autoria da Comissão Executiva, que institui e regula a divulgação de informações pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por meio eletrônico de dados - rede internet- denominada Portal da Transparência Pública e dá outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 004/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1° A divulgação de informações relativas à gestão orçamentária, financeira e fiscal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exclusivamente para fins de acompanhamento e controle social, seguirá o disposto nesta resolução.

Art. 2° As informações a que se refere esta Resolução serão mantidas em seu respectivo Portal denominado Portal da Transparência, tendo por conteúdo as informações previstas nesta resolução.

Art. 3° O acesso ao Portal da Transparência deverá ser efetuado através de atalho (link), representado por imagem gráfica (banner), com identificação visual específica, constante da página inicial do endereço eletrônico (site) da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na rede mundial de computadores (internet) representado pelo endereço <http://www.alep.pr.gov.br>.

Art. 4° As informações constantes do Portal da Transparência serão disponibilizadas de maneira gradual em até 120 (cento e vinte) dias, tendo em vista a implementação da estrutura técnica necessária à digitalização e migração de dados de modo a atender, prioritariamente, ao disposto no Capítulo II.

Capítulo II
Do Conteúdo

Art. 5° O Portal da Transparência conterá informações sobre:

- I - Administração;
- II - Gestão Fiscal;
- III - Legislação e,
- IV - Dados Financeiros relacionados à atividade parlamentar.

Parágrafo Único. As informações acima enumeradas serão divulgadas nos termos previstos pelo artigo 39, parágrafo 6° da Constituição Federal de 1988, artigo 33, parágrafo 6° da Constituição Estadual, dos artigos 48, 54 e 55 da Lei Complementar n° 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e ainda nos termos da Lei n° 4320/64.

Art. 6° As informações de que trata esta resolução não substituem publicação prevista em lei, nem divulgações em órgãos oficiais.

Capítulo III
Da Apresentação e da Linguagem

Art. 7° As informações serão disponibilizadas ao cidadão de forma clara e poderão ser utilizados recursos de navegação intuitiva, concernentes ao conceito de acessibilidade, independentemente de conhecimentos específicos de informática.

Art. 8° Todo o conteúdo técnico deverá ser precedido de texto introdutório e, sempre que possível, acompanhado por notas explicativas, na forma de dicas de tela.

Art. 9° As informações serão divulgadas na forma extensiva e decodificadas, com a utilização de linguagem simples e objetiva.

Art. 10. O Portal da Transparência conterá glossário com as definições, em linguagem acessível ao cidadão, de todos os termos técnicos empregados na apresentação das informações.

Art. 11. Os dados deverão ser apresentados com a respectiva fonte, contendo a data da última atualização.

Capítulo IV
Disposições Finais

Art. 12. A critério da Assembleia Legislativa, por meio da comissão especialmente designada, poderão ser incorporados novos dados e informações ao conteúdo definido no Capítulo II desta resolução, para fins de aprimorar a qualidade dos informações postas à disposição da população, de forma a permitir ao cidadão, análises mais abrangentes sobre a gestão dos recursos públicos.

Art. 13. As disposições previstas na presente resolução serão reguladas mediante Ato da Comissão Executiva, oportunamente editados.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação, tempo mínimo necessário à adaptação das estruturas internas e de treinamento de pessoal.

Sala das Comissões, em 22/04/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 538/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que organiza e constitui a proteção ao patrimônio cultural imaterial do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDAS DA CCJ.
Aprovado, artigo por artigo.

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, que autoriza o Poder Executivo a HPV - Papiloma Vírus Humano na rede pública de Saúde. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI Nº 115/09 E 122/09

P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 115/09 e 122/09, de autoria dos Deputados Dr. Batista e Ney Leprevost, respectivamente, têm por objetivo autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de vacinação contra o HPV - Papiloma Vírus Humano na rede pública de Saúde.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável à emenda.

Sala das Comissões, em 14/04/09.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1684, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1644, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1645 e 1646, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1649 e 1650, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1653 e 1654, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa. (**As matérias acham-se publicadas no final desta ata.**)

Requerimentos nºs 1655 e 1656, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1674, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1676, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1680, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1683, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1688, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Tem um requerimento, eu encaminhei à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já foi direto para a Comissão Executiva.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Agradeço muito, Sr. Presidente.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 375 e 538/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 378/07 e 007/08.

Levanta-se à Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA O REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEY LEPREVOST, EM SESSÃO DO DIA 22/04/09.

Privacidade e os Limites do Estado

Luiz Flávio Borges D'Urso.
Jornal "O Estado do Paraná".

A distinção entre as esferas públicas e privada é uma marca do processo civilizatório da humanidade. Mesmo antes do advento da escrita, essa distinção já estava esboçada, embora ainda no âmbito dos mores.

Com a sistematização das leis, restou solidificado o direito à privacidade dos cidadãos. As sociedades modernas trataram de tornar este direito inviolável.

As Cartas Magnas que inauguram e consolidam essas sociedades não somente reconhecem a necessidade de impor limites entre a atuação do Estado - a esfera pública - e a vida privada, como demarcam claramente os perímetros de um e de outra. Não seria exagero, portanto, afirmar que não é possível diferenciar os Estados democráticos dos totalitários pelo modo como delimitam o direito à privacidade de seus cidadãos.

A Constituição Brasileira, consagrada com muita propriedade como Constituição Cidadã, não fugiu ao tema. Ao contrário, é cristalina ao inscrever em seu artigo 5º, inciso X: *São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. E, a seguir, no inciso XII, detalha: É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual.*

Estaria, assim, cabalmente resguardando o direito fundamental do cidadão à sua privacidade, ressalvadas as exceções previstas pelo constituinte. Ou seja, a alienação deste direito só é admissível sob o império da lei e após a indispensável assistência de representante da instituição jurídica. Ocorre que a complexidade que a questão assumiu nas sociedades contemporâneas abriga nova moldura para a defesa daquele direito básico.

Em sociedades cada vez mais tecnológicas, qualquer um, em tese, pode ter acesso a aparatos que viabilizam e até tornam banal a violação da privacidade de outrem. Trata-se, sem dúvida, de grave problema, mas não de todo insanável, uma vez que existe arcabouço jurídico para tipificar como crime as violações contra a invasão da privacidade.

A questão assume proporções alarmantes quando é o próprio Estado o ente que violenta a vida íntima de seus cidadãos. Um olhar mais acurado certamente detecta distorções inaceitáveis. Na esteira das inovações tecnológicas, o Estado, em seu furor arrecadatário, se aparelha para se transformar num arremedo do “Grande Irmão” orwelliano, com sua azeitada estrutura técnico-operacional de computadores para cruzar informações sigilosas envolvendo os cidadãos ou crimes tributários.

O Estado vigilante estende suas garras por todas as partes. A próxima investida será a de instalar chips em todos os veículos, de maneira a forçar o acerto de dívidas relativas a infrações de trânsito e inibir inadimplência de licenciamentos. E, na ânsia de não deixar espaços vazios, buscar-se-á, igualmente, uma legislação que torne possível um cadastro universal para usuários da internet, como se a medida, por si só, possa impedir crimes na web como a pedofilia ou o estelionato eletrônico.

O problema dessas iniciativas de captura do cidadão, à parte sua questionável eficácia, é que subvertem um conceito basilar do Direito. Em seu cerne está a noção de que todos são suspeitos até prova em contrário, um estupro jurídico sob todos os aspectos. Ou seja, qualquer cidadão é, em princípio, um criminoso que deve ser monitorado permanentemente pelo estado.

O mais danoso, no entanto, é que este conceito começa a se espalhar rapidamente, corrompendo as bases do direito moderno. Se todos são criminosos *a priori*, qual a serventia que terá o direito universal de defesa, do contraditório, da presunção de inocência, até que sejam esgotados todos os recursos?

Ninguém, em sã consciência, nega ao Estado o empenho em investigar, comprovar e punir crimes, particularmente os mais refinados, caso dos que o vulgo designou de crimes de colarinho branco. O que não se pode admitir, no entanto, são desvios flagrantes, inspirados, não raras vezes, por viés ideológicos e, pior, partidário.

Evidente que, desviadas dessa forma, lúbricas investigações podem se apegar em meros e inócuos espetáculos televisivos ou, muito mais nefandos, derivar em prematuros pré-julgamentos, antecipados espuriamente para a inicial fase investigatória e, até mesmo, para a etapa de instrução do processo.

Em qualquer hipótese, ressaltada a nobre missão do Estado de coibir e punir exemplarmente crimes, o que pode estar em risco é o princípio básico do direito da privacidade do cidadão. Urge, portanto, abrir um amplo debate nacional que, sob a égide da Constituição, propicie resgatar o direito à privacidade, uma das garantias basilares para o exercício pleno da cidadania dentro do Estado de Direito.

Luiz Flávio Borges D’Urso é advogado criminalista, mestre e doutor em Direito pela USP, é Presidente da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEY LEPREVOST, EM SESSÃO DO DIA 22 DE ABRIL DE 2009.

Tudo Pelo Racial

J.R. Guzzo “Revista Veja”

O Brasil está fazendo o possível, nestes últimos tempos, para dar a si próprio algo que até hoje conseguiu não ter: um problema racial. Se tantos outros Países importantes têm questões sérias de racismo, por que o Brasil também não poderia ter a sua? Parecer um motivo de desapontamento, na visão das pessoas que foram nomeadas pelo Governo para defender os interesses da “população negra”, ou nomearam a si mesmas para essa tarefa, que o Brasil seja possivelmente o País menos racista do mundo. Que outros poderiam ser citados? Certamente haverá Nações que têm um número maior de leis contra a discriminação, são mais sérias na sua aplicação e adotam medidas de proteção especial a minorias raciais. Mas não dá para sustentar, não a sério, que haja mais racismo no Brasil do que em qualquer delas. Como poderia haver, num País onde a grande maioria da população não sabe dizer ao certo qual é a sua cor, nem demonstra maior interesse em saber? “Moreno” é a sugestão de resposta mais frequente, quando a pergunta é feita para a imensa massa de brasileiros que não se identificam claramente como brancos, nem pretos, nem qualquer outra coisa.

Cria um racismo que se preze, num País assim, não é trabalho fácil - mas é possível. Uma das ferramentas mais utilizadas para isso é distribuir aos “brancos” uma espécie de culpa geral por tudo o que ocorre de errado aqui dentro. Não se citam nomes; só se cita a cor da pele. Tornou-se comum, por exemplo, o uso da expressão “elite branca” como símbolo de coisa do mal - com a agravante, em certos casos, de que essa elite, além de branca, pode ser “do Sul”. A mesma gente, de “pela clara e olhos azuis”, é culpada também pelo que ocorre de errado lá fora, como a crise financeira internacional; por essa maneira de ver a vida, os desastres que produziram foram provocados por seu tipo físico, e não pelo seu comportamento individual.

Outro esforço é criar repartições públicas para cuidar da questão racial - o que tem a tripla vantagem de dar uma cara oficial à existência do problema, passar a impressão de que o Governo está cuidando dele e arrumar empregos para amigos. A mais notável delas é um órgão com nove palavras no título e status de Ministério - a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Seu grande feito, em seis anos de existência, foi a demissão da Secretária - Ministra Matilde Ribeiro, em 2008, quando se descobriu que ela usava o cartão de crédito destinado ao exercício de sua função para pagar despesas de free shop ou contas no Bar Amarelinho, no Rio de Janeiro.

Nada parece pior, porém, do que a tentativa de estabelecer por lei que cidadãos devem ter direitos diferentes de acordo com a cor de sua pele, como preveem os projetos de “cotas raciais” ora em debate no Congresso Nacional - pelos quais os brasileiros negros, ou definidos como tal, deveriam ter mais direitos que os brasileiros brancos, ou de outras origens, no mercado de trabalho, nas vagas universitárias ou nos concursos para cargos públicos. É o contrário, exatamente, do que deveria ser. A grande vitória da humanidade contra a discriminação

racial foi excluir das leis a palavra “raça”; o objetivo era estabelecer que todos têm direitos idênticos, sejam quais forem as suas origens, dentro da ideia de que todos os homens pertencem a uma “raça” apenas - a raça humana. No Brasil de hoje, em vez de proibir o uso da noção de raça para dar ou negar direitos, tenta-se ressuscitar a tese de que os indivíduos são diferentes uns dos outros, em termos de cidadania, segundo a cor que têm.

“Os defensores de leis raciais ludibriam a boa fé alegando que cota racial é ação afirmativa”, escreveu, num artigo para O Estado de S. Paulo, o advogado negro José Roberto Militão, um especialista em antidiscriminação na OAB de São Paulo. “Ação afirmativa”, de fato, é outra coisa: é a efetiva atuação da autoridade para coibir a discriminação contra minorias e multiplicar oportunidades, sem criar cotas, exigir reparações pelo passado ou estabelecer diferenças de direitos. “Ao Estado cabe atuar para destruir a crença em raças”, diz Militão. “Leis raciais não servem para a redução das desigualdades entre brancos e pretos, pois atacam os efeitos, mas aprofundam as causas”. São, além disso, o oposto da harmonia: como se sabe, nada é mais fácil do que passar da distinção à divisão.

Como disse recentemente o escritor João Ubaldo Ribeiro, citando um dos seus personagens da Ilha de Itaparica, “quem tem raça é cachorro”. Não poderia ter feito um resumo melhor da coisa toda.

Publicações Administrativas

Pregões Eletrônicos

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/09

Protocolo: 2391/09

Objeto: Aquisição de materiais diversos conforme abaixo.

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Comercial Quadrante Artigos Plásticos e Papéis Ltda.-ME	100 Caixas de papel A4 com 210x297 mm, 75gm2, cada caixa com 5.000 folhas, papel ecoficiente, cor branca. Marca de Referência: Copymax	R\$ 9.480,00
2	Infoseg Informática Ltda	2.000 Unidades de pasta com elástico, cores variadas; 200 Unidades de régua grande de 50 centímetros;	R\$ 1.264,00
3	Luiz Fernando Neris	500 Fardos de papel toalha cor branca alta qualidade, cada fardo com oito bobinas, com 20cmx100m;	R\$ 8.200,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 004/09

Protocolo: 3080/09

Objeto: Aquisição de materiais diversos conforme abaixo

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR
1	Comercial Quadrante Artigos Plásticos e Papéis Ltda.-ME	400 Caixas de papel interfolhas, cada caixa com 2.000 folhas, com duas dobras, 100% celulose virgem, gramatura mínima 28g, medidas aproximadas de 22x20,7 até 23x22;	R\$ 6.880,00
2	Máster Auction. Comércio de Alimentos Ltda	200 Unidades de garrafas térmicas com 1000 ml;	R\$ 1.958,00
3	Arausupri Informática Ltda	1.000 Unidades de mídia de CD-R; 1.000 Unidades de mídia de CD-RW	R\$ 2.150,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO